



SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

I — Corresponde às sete sessões legislativas extraordinárias da 49ª Legislatura convocadas para os períodos de recesso de fevereiro de 1991 a fevereiro de 1993.

II — Comissão Representativa do Congresso Nacional — períodos de recesso: de dezembro de 1991 a fevereiro de 1993.

**Presidência do Senhor
Senador Mauro Benevides**

**SECRETARIA GERAL DA MESA
BRASÍLIA — 1993**



SENADO FEDERAL

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

I - Correspondente às sete sessões legislativas extraordinárias da 49ª Legislatura convocadas para os períodos de recesso de fevereiro de 1991 a fevereiro de 1993.

II - Comissão Representativa do Congresso Nacional - períodos de recesso: de dezembro de 1991 a fevereiro de 1993.

Presidência do Senhor
Senador **Mauro Benevides**

SECRETARIA-GERAL DA MESA
BRASÍLIA - 1993

S U M Á R I O

	<i>Pág.</i>
Ia - 1ª sessão legislativa extraordinária da 49ª Legislatura (Período: 5 a 14.2.91).....	7
a) Ato convocatório.....	7
b) Trabalhos realizados no Congresso Nacional.....	8
Ib - 2ª sessão legislativa extraordinária da 49ª Legislatura (Período: 17 a 20.12.91).....	8
a) Ato convocatório.....	9
b) Trabalhos realizados no Senado Federal:.....	10
b1 - matérias legislativas.....	10
b2 - pronunciamentos.....	13
c) Trabalhos realizados no Congresso Nacional:.....	15
c1 - matérias legislativas.....	15
c2 - pronunciamentos.....	28
Ic - 3ª sessão legislativa extraordinária da 49ª Legislatura (Período: 9 a 31.1.92).....	29
a) Ato convocatório.....	29
b) Instalação da sessão.....	29
c) Trabalhos realizados no Senado Federal:.....	29
c1 - sessões.....	29
c2 - matérias legislativas.....	30
c3 - escolha de autoridade.....	31
c4 - comunicação de ausência.....	31
c5 - pronunciamentos.....	32
d) Encerramento antecipado da sessão.....	33
Id - 4ª sessão legislativa extraordinária da 49ª Legislatura (Período: 19 a 31.7.92).....	34
a) Atos convocatórios:.....	34
a1 - do Presidente da República.....	34
a2 - dos Presidentes da Câmara e do Senado.....	37
a3 - aditamento.....	39
b) Instalação da sessão.....	39
c) Trabalhos realizados no Senado Federal:.....	39
c1 - sessões.....	39
c2 - matérias legislativas.....	39
c3 - escolha de autoridade.....	51
c4 - comissões.....	52
c5 - missões do Senado.....	54
c6 - comunicações de ausência.....	54
c7 - participação dos Senadores.....	54
d) Trabalhos realizados no Congresso Nacional.....	57
d1 - sessões.....	57
d2 - matérias legislativas.....	57
d3 - participação dos parlamentares.....	63

Ie - 5ª sessão legislativa extraordinária da 49ª Legislatura (Período: 16 a 24.12.92)	68
a) Ato convocatório	68
b) Instalação da sessão	68
c) Trabalhos realizados no Senado Federal:	69
c1 - sessões	69
c2 - matérias legislativas	69
c3 - escolha de autoridade	82
c4 - missão autorizada	82
c5 - comunicação de ausência	83
c6 - participação dos Senadores na Mesa	83
c7 - participação dos Senadores nos trabalhos	84
d) Trabalhos realizados no Congresso Nacional:	86
d1 - sessões	86
d2 - matérias legislativas	86
d3 - participação dos parlamentares	97
If - 6ª sessão legislativa extraordinária da 49ª Legislatura (Período: 25 a 31.12.92)	98
a) Ato convocatório	98
b) Instalação da sessão	98
c) Trabalhos realizados no Senado Federal:	99
c1 - sessões	99
c2 - matérias legislativas	99
c3 - renúncia	100
c4 - alteração na representação	100
c5 - comunicação de ausência	100
c6 - pronunciamentos	101
c7 - processo de "impeachment" do Presidente da República	102
d) Trabalhos realizados no Congresso Nacional:	104
d1 - sessões	104
Ig - 7ª sessão legislativa extraordinária da 49ª Legislatura (Período: 11.1 a 10.2.93)	105
a) Atos convocatórios:	105
a1 - do Presidente da República	105
a2 - dos Presidentes da Câmara e do Senado	107
a3 - aditamento	107
b) Instalação	109
c) Trabalhos realizados no Senado Federal:	109
c1 - sessões	109
c2 - matéria legislativa	110
c3 - escolha de autoridade	130
c4 - comparecimento de Ministro de Estado	130
c5 - comissões	130
c6 - lideranças	131
c7 - alteração na representação	131
c8 - missões	131
c9 - comunicação de ausência	132
c10 - participação dos Senadores nos trabalhos	133

	Pág.
Ih - Comissão Representativa do Congresso Nacional	
1) Período de recesso de 17.12.91 a 16.2.92.....	139
a - composição.....	139
b - trabalhos realizados:.....	139
- proposições apresentadas.....	140
- comparecimento de autoridades.....	144
- pronunciamentos.....	145
- comunicação de ausência.....	146
- expedientes recebidos.....	146
2) Período de recesso do mês de julho de 1992.....	147
- Composição.....	147
3) Período de recesso de 16.12.92 a 14.2.93.....	149
- composição.....	149
Ii - Diversos.....	151
a - Questões de Ordem.....	151
b - Pedido de licença para processar Senador.....	152
c - Assuntos relacionados ao Mercosul.....	152

No período compreendido entre a instalação da 1ª sessão legislativa ordinária da 49ª legislatura, a 1º de fevereiro de 1991, e o dia 10 de fevereiro de 1993, o Congresso Nacional por sete vezes funcionou nos períodos de recesso parlamentar, por ter sido convocado extraordinariamente, nos termos do disposto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal.

Ia - PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 49ª LEGISLATURA

A primeira sessão legislativa extraordinária da 49ª legislatura realizou-se no período de 5 a 14 de fevereiro de 1991, em decorrência do estabelecido no art. 62 da Constituição, para apreciação de medidas provisórias, conforme o seguinte

a) ATO CONVOCATÓRIO

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II, parágrafo 6º, do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, fazem saber que o Congresso Nacional é convocado, extraordinariamente, a partir de 5 de fevereiro de 1991, para apreciação das Medidas Provisórias nºs 294, de 31 de janeiro de 1991, que "estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências" e 295, de 31 de janeiro de 1991, que "estabelece regras sobre preços e salários e dá outras providências", sem pagamento de ajuda de custo.

Congresso Nacional, em 4 de fevereiro de 1991.

IBSEN PINHEIRO
Presidente da Câmara dos Deputados

MAURO BENEVIDES
Presidente do Senado Federal

b) TRABALHOS REALIZADOS NO CONGRESSO NACIONAL

Foram realizadas no período quatro sessões conjuntas, destinadas à instalação da sessão legislativa; leitura das medidas provisórias, designação das respectivas comissões mistas e estabelecimento do calendário de sua tramitação; recebimento e leitura dos pareceres nºs 10 e 11, de 1991-CN, concluindo pela admissibilidade de ambas as medidas provisórias e deliberação e aprovação das medidas provisórias quanto à sua admissibilidade.

No dia 15 de fevereiro de 1991, com a instalação da 1ª sessão legislativa ordinária da 46ª legislatura, esgotou-se o prazo da sessão legislativa extraordinária, cabendo esclarecer que as Medidas Provisórias nºs 294 e 295, razões da convocação, continuaram a sua tramitação normal, tendo sido aprovadas, nos termos dos Projetos de Lei de Conversão nºs 6 e 7, de 1991, na sessão conjunta realizada no dia 27 de fevereiro, dando origem, respectivamente, às leis nºs 8.177 e 8.178, ambas de 1º de março de 1991.

No período da convocação não foram realizadas sessões, em separado, das Casas do Congresso Nacional.

Usaram da palavra durante as sessões os seguintes parlamentares:

a) no período de breves comunicações os Deputados Adylson Motta, Alberto Goldman, Aldo Rebelo, Aluizio Mercadante, Amaral Netto, Carlos Lupi, Carlos Santana, Carrion Júnior, Célio de Castro, Cidinha Campos, Chico Vigilante, Dalla Vecchia, Edson da Silva, Eduardo Siqueira Campos, Elias Murad, Euler Ribeiro, Genebaldo Correia, Hélio Bicudo, Humberto Souto, Jandira Feghali, João Faustino, José Dutra, José Genoíno, José Lourenço, Liberato Caboclo, Lourival Freitas, Magalhães Teixeira, Márcia Cibibis Viana, Maria Laura, Miro Teixeira, Nelson Jobim, Ney Lopes, Nilson Gibson, Osvaldo Bender, Paulo Delgado, Pedro Tornelli, Prisco Viana, Raquel Cândido, Regina Gordilho, Ricardo Moraes, Roberto França, Sandra Cavalcanti, Sandra Starling, Sidnei de Miguel, Valdenor Guedes, Vasco Furlan, Victor Faccioni e Vivaldo Barbosa e os Senadores Aluizio Bezerra, Eduardo Suplicy e Mansueto de Lavour.

b) na discussão das matérias os Deputados Adylson Motta, Alberto Goldman, Aldo Rebelo, Arnaldo Faria de Sá, Carlos Lupi, Cidinha Campos e José Dirceu

1b - SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 49ª LEGISLATURA

A segunda sessão legislativa extraordinária da 49ª legislatura realizou-se no período de 17 a 20 de dezembro de 1991, para apreciação de várias matérias consideradas urgentes, entre elas o Projeto de Lei Orçamentária da União, nos termos do seguinte

a) ATO CONVOCATÓRIO

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do parágrafo 6º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, fazem saber que o Congresso Nacional é convocado, extraordinariamente, sem ônus de qualquer natureza, no período de 17 a 20 de dezembro de 1991, para apreciação das seguintes matérias:

Projeto de Lei nº 26, de 1991-CN, que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992";

Projetos de Lei que dispõem sobre abertura de créditos adicionais e que modificam a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

Projeto de Lei da Câmara nº 41/91, que dispõe sobre a proteção do trabalho doméstico, e dá outras providências;

Projeto de Lei da Câmara nº 135/91, que autoriza a Petrobrás Química S.A - PETROQUISA, a participar minoritariamente de sociedades de capitais privados no Eixo Químico do Nordeste, formado pelos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte;

Requerimento nº 856/91, solicitando seja realizada, pelo Tribunal de Contas da União, auditoria contábil financeira e patrimonial sobre o resultado do trabalho realizado pelo Grupo criado nos termos do Decreto nº 99.608, de 13 de outubro de 1990, que teve como conclusão a proposição de um termo de confissão e assunção de dívida com concessão de garantia e outras avenças a ser firmado entre a Eletrobrás e as empresas credoras do setor elétrico;

Projeto de Lei do Senado nº 258, de 1991, que fixa o valor dos títulos públicos na composição do preço para aquisição de bens a serem alienados;

Projeto de Lei nº 2.452/91, do Poder Executivo, que estabelece diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e o reescalonamento de dívidas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências;

Projeto de Lei nº 2.159/91, do Poder Executivo, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências;

Projeto de Lei nº 2.156/91, do Poder Executivo, que institui medida cautelar fiscal e dá outras providências;

Projeto de Lei Complementar nº 91/91, do Poder Executivo, que institui contribuição para financiamento da Seguridade Social e dá outras providências;

Projeto de Decreto Legislativo nº 135/91, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e as Nações Unidas, relativo à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento, a ser realizada na Rio de Janeiro, de 1º a 12 de junho de 1992;

Projeto de Lei nº 2.455/91, do Poder Executivo, que dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais;

Projeto de Lei Complementar nº 71/89, do Sr. Deputado Amaury Muller, que dispõe sobre o processo judicial de desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária, previsto no art. 184, § 3º, da Constituição Federal;

Projeto de Lei nº 2.380/91, do Poder Executivo, que dispõe sobre reajustamento de benefícios previdenciários e respectiva fonte de custeio;

Projeto de Lei nº 4.580/90, do Senado Federal, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa, define sua participação nos ganhos econômicos resultantes da produção do trabalho, para os efeitos do § 4º do art. 218, inciso VII, da Constituição Federal;

Projeto de Lei Complementar nº 202/89, do Senado Federal, que dispõe sobre a tributação das grandes fortunas, nos termos do art. 153, inciso VII, da Constituição Federal;

Projeto de Lei nº 2.155/91, do Poder Executivo, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial - ITR, e dá outras providências.

Congresso Nacional, em 16 de dezembro de 1991

DEPUTADO IBSEN PINHEIRO
Presidente da Câmara dos Deputados

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente do Senado Federal

b) TRABALHOS REALIZADOS NO SENADO FEDERAL

No período para o qual foi o Congresso Nacional convocado extraordinariamente, foram realizadas no Senado seis sessões ordinárias e duas extraordinárias.

Registram-se, em seguida, os Trabalhos levados a efeito no período da convocação pelo Senado Federal.

b1 - MATÉRIAS LEGISLATIVAS

Foram apresentadas, nesse período as seguintes proposições:

1) Projetos de Lei do Senado

Senador	nº	Ementa
Pedro Simon	413/91	Autoriza a Petrobrás Química S/A PETROQUISA a participar minoritariamente de sociedades de capitais privados no Polo Petroquímico do Sul, localizado no Estado do Rio Grande do Sul.
Pedro Simon	414/91	Cria a Zona de Processamento de Exportação no Município de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.

Marluce Pinto	415/91	Dispõe sobre a mineração em terras indígenas e dá outras providências.
Lourenberg Nunes Rocha	416/91	Estabelece normas gerais para substituição de cópia de nota fiscal e ou fatura, emitida por processamento eletrônico de dados, por microfilme, mediante saída de computador, e dá outras providências.

2) Projetos de Lei da Câmara

SF	nº CD	Ementa	Resultado
135/91 (do Presidente da República)	2.308/91	Autoriza a Petrobrás Química S/A - PETROQUISA, a participar minoritariamente de sociedades de capitais privados no Eixo Químico do Nordeste, formado pelos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte.	À sanção Lei nº 8.395, de de 2.1.92 com veto parcial
140/91 (do Presidente da República)	2.452/91	Estabelece diretrizes para que a União possa realizar a consolidação e o reescalonamento de dívidas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.388, de 30.12.91 com veto parcial
141/91 (Complementar - do Presidente da República)	91/91	Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências.	À sanção Lei Complementar nº 70, de 30.12.91 com veto parcial
142/91 (do presidente da República)	2.455/91	Dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos Servidores Públicos Federais e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.390, de 30.12.91
143/91 (do Presidente da República)	2.156/91	Institui medida cautelar fiscal e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.397, de 6.1.92

144/91	2.159/91	Institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.383, de 30.12.91	de
--------	----------	---	--	----

3) Projeto de Decreto Legislativo

SF	nº CD	Ementa	Resultado
144/91	135/91	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e as Nações Unidas relativo à Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento, a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro de 1º a 12 de junho de 1992.	Decreto Legislativo nº 242, de 20.12.91

4) Requerimentos

nº	Autor	Assunto	Resultado
1010/91	Oziel Carneiro	Adiamento da votação de requerimento para diligência junto ao Ministério da Infra-Estrutura.	Aprovado
1011/91	Oziel Carneiro	Diligência para ser ouvida a CAE sobre projeto distribuído à CAS.	Aprovado
1012/91	Marco Maciel	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
1013/91	João França	Adiamento da discussão de projeto a fim de ser ouvida a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.	Aprovado
1014/91	Henrique Almeida	Pedido de informação ao Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.	Em tramitação
1015/91	Henrique Almeida	Pedido de informação ao Ministro da Infra-Estrutura.	Em tramitação

1016/91	João França	Transcrição nos Anais da matéria "Os Nazistas Estão de Volta" publicada no jornal "A Gazeta de Roraima" em 7.12.91.	Em tramitação
1017/91	Marco Maciel e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
1018/91	Pedro Simon	Pedido de informação ao Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.	Em tramitação
1019/91	Marco Maciel e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
1020/91	Marco Maciel e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
1021/91	Humberto Lucena e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
1022/91	Chagas Rodrigues	Votação nominal de emenda.	Rejeitado
1023/91	Marco Maciel e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
1024/91	Marco Maciel e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado

b2 - PRONUNCIAMENTOS

Usaram da palavra durante as sessões os Senadores:

Senador	Fron.	Apart	Discus	Enc	Q.O.	P.O.
Affonso Camargo	-	2	-	3	-	-
Albano Franco	1	-	-	-	-	-
Alexandre Costa	-	1	-	1	1	-
Almir Gabriel	-	1	-	-	-	-
Antônio Mariz	1	3	-	-	-	-
Beni Veras	1	1	-	-	-	-
Chagas Rodrigues	1	2	-	1	-	1
Cid Sabóia de Carvalho	-	2	-	-	-	-
Coutinho Jorge	-	-	-	1	-	-
Dirceu Carneiro	1	-	-	-	-	-
Divaldo Suruagy	-	4	-	1	-	-
Eduardo Suplicy	2	-	-	4	-	-
Elcio Alvares	1	1	-	-	-	-
Esperidião Amin	2	3	-	5	-	5
Fernando Henrique Cardoso	5	3	-	6	5	3
Francisco Rollemberg	1	-	-	-	-	-
Garibaldi Alves Filho	-	4	-	-	-	-

Senador	Pron.	Apart	Discus	Enc	Q.O.	P.O.
Gerson Camata	-	-	-	1	-	-
Hugo Napoleão	2	-	-	-	-	-
Humberto Lucena	3	3	-	5	-	5
Jonas Pinheiro	1	2	-	-	-	-
Josaphat Marinho	-	2	-	-	-	-
José Eduardo	-	2	-	2	-	-
José Paulo Bisol	1	-	-	-	-	-
José Richa	-	-	-	1	-	-
Júlio Campos	2	-	-	-	-	-
Júnia Marise	1	-	-	-	-	-
Lavoisier Maia	1	2	-	-	-	-
Levy Dias	-	1	-	-	-	-
Lourival Baptista	1	1	-	-	-	-
Magno Bacelar	-	1	-	1	-	-
Mansueto de Lavor	1	-	-	-	-	1
Márcio Lacerda	1	-	-	-	-	-
Marco Maciel	2	-	-	8	-	4
Marluce Pinto	1	-	-	-	-	-
Maurício Corrêa	2	2	1	3	-	2
Mauro Benevides	1	-	-	-	-	-
Meira Filho	1	1	-	-	-	-
Nabor Júnior	1	-	-	-	1	-
Nelson Carneiro	1	1	-	-	-	2
Ney Maranhão	1	2	-	2	-	-
Odacir Soares	-	-	-	1	-	-
Oziel Carneiro	-	2	-	1	-	-
Pedro Simon	3	4	-	-	-	-
Ronan Tito	-	1	-	-	-	-
Teotônio Vilela Filho	-	-	-	1	-	-
Valmir Campelo	1	-	-	-	-	-

c) Trabalhos Realizados pelo Congresso Nacional em Sessões Conjuntas das duas Casas

Para apreciação das proposições abaixo relacionadas foram realizadas no período quatro sessões conjuntas das Casas do Congresso Nacional.

c1 - MATÉRIAS LEGISLATIVAS

1) PROJETOS DE LEI

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
21/91	79/92-CN (417/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.069.296.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.378, de 30.12.91
23/91	79/91-CN (428/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$. 2.458.217.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.288, de 20.12.91
25/91	81/91-CN (430/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 100.000.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.320, de 26.12.91
26/91	82/91-CN (445/91, na origem)	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1992.	Lei nº 8.409, de 28.2.92
28/91	84/91/CN (465/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais no valor de Cr\$ 2.027.030.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.289, de 20.12.91
29/91	85/91-CN (466/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 2.688.405.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.366, de 28.12.91

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
30/91	86/91-CN (467/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 291.287.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.386, de 30.12.91
31/91	87/91/CN (468/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$. 620.594.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.312, de 20.12.91
32/91	88/91-CN (469/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 21.922.096.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.379, de 30.12.91 (veto parcial)
34/91	95/91-CN (506/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais no valor de Cr\$ 592.811.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.278, de 20.12.91
35/91	96/91/CN (518/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 350.000.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.290, de 20.12.91
36/91	98/91-CN (528/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$ 200.601.250.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.279, de 20.12.91
37/91	99/91-CN (532/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar de Cr\$ 4.209.600.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.291, de 20.12.91
38/91	100/91/CN (533/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 731.969.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.324, de 26.12.91

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
39/91	101/91-CN (534/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$. 295.000.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.292, de 20.12.91
40/91	102/91-CN (534/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$. 28.913.731.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.293, de 20.12.91
41/91	103/91-CN (534/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 255.200.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.294, de 20.12.91
43/91	107/91/CN (562/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 336.018.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.345, de 27.12.91
44/91	108/91-CN (563/91,	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 65.719.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.325, de 16.12.91
45/91	109/91-CN (566/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 292.230.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.295, de 10.12.91
46/91	100/91-CN (568/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 28.280.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.296, de 10.12.91
48/91	113/91-CN (576/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$. 1.651.010.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.297, de 20.12.91

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
50/91	116/91-CN (588/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$ 2.236.498.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.316, de 23.12.91
51/91	117/91-CN (589/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 169.903.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.298, de 20.12.91
52/91	118/91-CN (592/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 804.304.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.326, de 26.12.91
53/91	119/91-CN (593/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.284.500.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.300, de 20.12.91
54/91	120/91-CN (594/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 297.538.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.299, de 20.12.91
55/91	121/91-CN (595/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito adicionais no valor de Cr\$ 1.615.296.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.317, de 23.12.91
56/91	122/91-CN (596/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar de Cr\$ 21.153.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.327, de 26.12.91
57/91	123/91-CN (597/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.063.098.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.328, de 26.12.91

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
58/91	125/91-CN (602/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.200.000.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.329, de 26.12.91
59/91	126/91-CN (603/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 187.199.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.280, de 20.12.91
61/91	128/91-CN (616/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais no valor de Cr\$ 724.000.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.318, de 23.12.91
62/91	129/91-CN (617/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais no valor de Cr\$ 567.812.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.346, de 27.12.91
63/91	130/91-CN (619/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de Cr\$ 20.000.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.301, de 20.12.91
65/91	132/91-CN (621/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 16.465.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.356, de 28.12.91
66/91	133/91-CN (622/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento na Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde e do Trabalho e da Previdência Social, créditos adicionais até o limite de Cr\$ 20.653.374.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.370, de 30.12.91

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
67/91	134/91-CN (624/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.434.401.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.347, de 27.12.91
68/91	135/91-CN (632/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.026.451.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.330, de 26.12.91
69/91	136/91-CN (637/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais no valor de Cr\$ 73.414.749.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.382, de 30.12.91
70/91	137/91-CN (638/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial, em favor de Operações Oficiais de Crédito-Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, até o limite de Cr\$ 3.349.969.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.331, de 26.12.91
71/91	140/91-CN (651/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial, até o limite de Cr\$ 2.129.316.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.332, de 26.12.91
72/91	141/91-CN (652/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.247.625.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.333, de 26.12.91
73/91	142/91-CN (653/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito especial até o limite de Cr\$ 17.000.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.314, de 23.12.91

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
74/91	143/91-CN (654/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$ 13.645.676.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.302, de 20.12.91
75/91	144/91-CN (655/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, no valor de Cr\$ 45.888.088.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.321, de 26.12.91
76/91	145/91-CN (660/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o limite de Cr\$ 389.189.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.303, de 20.12.91
78/91	151/91-CN (673/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no limite de Cr\$ 49.845.620.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.281, de 20.12.91
79/91	152/91-CN (679/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 3.370.761.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.334, de 26.12.91
80/91	153/91-CN (680/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.640.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.322, de 26.12.91
81/91	154/91-CN (681/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 125.546.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.304, de 20.12.91
82/91	155/91-CN (682/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 212.056.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.349, de 27.12.91

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
83/91	156/91-CN (683/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.778.028.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.348, de 27.12.91
84/91	157/91-CN (684/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.345.828.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.335, de 26.12.91
85/91	158/91-CN (685/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$ 341.852.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.336, de 26.12.91
86/91	159/91-CN (686/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$ 1.900.823.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.282, de 20.12.91
87/91	160/91-CN (687/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$ 30.000.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.305, de 20.12.91
88/91	161/91-CN (688/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito - recursos sob supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$ 18.712.586.00,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.363, de 28.12.91
90/91	163/91-CN (690/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Em tramitação

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
91/91	164/91-CN (691/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.575.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.355, de 28.12.91
92/91	165/91-CN (692/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$ 2.007.487.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.337, de 26.12.91
93/91	166/91-CN (693/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, crédito suplementar no valor de Cr\$ 573.116.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.283, de 20.12.91
95/91	168/91-CN (699/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.056.376.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.306, de 10.12.91
96/91	169/91-CN (701/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, crédito suplementar no valor de Cr\$ 147.735.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.307, de 20.12.91
97/91	170/91-CN (702/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$ 600.000.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.338, de 26.12.91
98/91	171/91-CN (703/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$ 1.820.568.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.308,

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
99/91	172/91-CN (704/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 58.000.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.339, de 26.12.91
100/91	173/91-CN (662/91,	Complementa e introduz alteração em dispositivo da Lei nº 8.074.	Em tramitação
101/91	/ -CN (/ , na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de Cr\$ 220.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Em tramitação
102/91	175/91-CN (707/91,	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.000.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.340, de 26.12.91
103/91	176/91-CN (710/91,	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.245.000.000,00, pra os fins que especifica.	Lei nº 8.319, de 13.12.91
104/91	177/91-CN (711/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$ 413.659.520.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.284, de 20.12.91
105/91	178/91-CN (712/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 253.805.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.341, de 26.12.91
106/91	179/91-CN (719/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o limite de Cr\$ 35.457.986.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.309, de 20.12.91

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
107/91	180/91-CN (720/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 75.847.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.354, de 28.12.91
108/91	181/91-CN (721/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$ 61.659.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.342, de 26.12.91
110/91	183/91-CN (723/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 51.599.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.310, de 20.12.91
111/91	184/91-CN (724/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.313.200.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.285, de 20.12.91
112/91	185/91-CN (725/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 443.256.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.343, de 26.12.91
113/91	187/91-CN (726/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$ 35.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.357, de 28.12.91
114/91	188/91-CN (718/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$ 210.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.371, de 30.12.91
115/91	190/91-CN (737/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos suplementares no valor de Cr\$ 4.607.200.000.000,00, e dá outras providências.	Lei nº 8.311, de 20.12.91

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
116/91	191/91-CN (738/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$ 1.180.968.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.353, de 28.12.91
117/91	192/91-CN (739/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$ 124.437.490.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.384, de 30.12.91
118/91	193/91-CN (741/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$... 73.655.880.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.358, de 28.12.91
119/91	194/91-CN (742/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$ 94.031.886.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.360, de 28.12.91
120/91	195/91-CN (740/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento de Investimento crédito especial até o limite de Cr\$ 65.373.673.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.372, de 30.12.91
121/91	196/91-CN (744/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento de Investimento crédito suplementar no valor de Cr\$ 753.336.029.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Lei nº 8.373, de 30.12.91
122/91	197/91-CN (743/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$ 348.739.357.000,00, para os fins que especifica.	Lei nº 8.361, de 28.12.91
123/91	198/91-CN (762/91, na origem)	Altera a redação do art. 44 e inclui parágrafo no art. 49 da Lei nº 8.211, de 22 de julho de 1991, e dá outras providências.	Lei nº 8.359, de 28.12.91

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
124/91	199/91-CN (764/91, na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$ 9.200.000.000,00, para os fins que especifica.	Vetado totalmente

2) Requerimentos

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
816/91	17.12.91	Dep. José Genoíno	Inversão da pauta.	Aprovado
817/91	19.12.91	Dep. Ricardo Fiúza	Preferência para votação.	Aprovado
818/91	19.12.91	Dep. Eduardo Jorge	Destaque para votação de emenda.	Deferido
819/91	19.12.91	Dep. Joaquim Sucena	Destaque para votação de emenda.	Deferido
820/91	19.12.91	Dep. Jório de Barros	Destaque para votação de emenda.	Deferido
821/91	19.12.91	Dep. Jório de Barros	Destaque para votação de emenda.	Deferido
822/91	19.12.91	Dep. Jório de Barros	Destaque para votação de emenda.	Deferido
823/91	19.12.91	Dep. Jório de Barros	Destaque para votação de emenda.	Deferido
824/91	19.12.91	Dep. Jório de Barros	Destaque para votação de emenda.	Deferido
825/91	19.12.91	Dep. Jório de Barros	Destaque para votação de emenda.	Deferido
826/91	19.12.91	Dep. Cunha Bueno	Destaque para votação de emenda.	Deferido

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
827/91	19.12.91	Dep. Hélio Rosas	Destaque para votação de emenda.	Deferido
828/91	19.12.91	Dep. Genebaldo Correia	Destaque para votação de emenda.	Deferido
829/91	19.12.91	Dep. Genebaldo Correia	Destaque para votação de emenda.	Deferido
830/91	19.12.91	Dep. Genebaldo Correia	Destaque para votação de emenda.	Deferido
831/91	19.12.91	Dep. Genebaldo Correia	Destaque para votação de emenda.	Deferido
832/91	19.12.91	Dep. Genebaldo Correia	Destaque para votação de emenda.	Deferido
833/91	19.12.91	Dep. Genebaldo Correia	Destaque para votação de emenda.	Deferido
834/91	19.12.91	Dep. Carlos Camurça	Destaque para votação de emenda.	Deferido
835/91	19.12.91	Dep. Genebaldo Correia	Destaque para votação de emenda.	Deferido
836/91	19.12.91		Destaque.	Deferido

c2 - Pronunciamentos

Usaram da palavra nas sessões os seguintes parlamentares: Alberto Goldman, Antônio dos Santos, Augusto Carvalho, Avelino Costa, Beni Veras, Cardoso Alves, Elias Murad, Eliel Rodrigues, Ernesto Gradella, Giovani Queiroz, Jairo Carneiro, José Eduardo, José Genoíno, José Múcio Monteiro, Lourival Freitas, Magno Bacelar, Maria Luíza Fontenele, Nilson Gibson, Paulo Delgado, Paulo Hartung, Paulo Portugal, Reditário Cassol, Ricardo Fiúza e Vasco Furlan.

Ic - TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 49ª LEGISLATURA

A terceira sessão legislativa extraordinária, foi convocada pelo Presidente da República e comunicada ao Congresso Nacional através do seguinte:

a) ATO CONVOCATÓRIO

(Mensagem nº 11, de 1992)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional,

Com fundamento no artigo 57, § 6º, inciso II, e § 7º, da Constituição Federal, convocoo extraordinariamente o Congresso Nacional a partir de 9 a 31 de janeiro de 1992, para discussão e votação de projeto de lei urgente e de interesse público relevante, que "dispõe sobre fontes de custeio para a Previdência Social e dá outras providências:

Brasília, 8 de janeiro de 1992

Fernando Collor
Presidente da República

b) INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Na instalação da sessão legislativa, realizada no dia 9 de janeiro de 1992, às 11:30 horas, usaram da palavra, pela ordem, os Deputados Maurílio Ferreira Lima, José Genuíno, Genebaldo Correia, Ricardo Fiúza, Lázaro Barbosa, Célio Castro, Victor Faccioni, Socorro Gomes, Paulo Paim, Siqueira Campos e os Senadores Almir Gabriel e Eduardo Suplicy.

O Senhor Presidente, Senador Mauro Benevides, após declarar instalada a 3ª sessão legislativa extraordinária da 49ª legislatura, comunicou ao Plenário a realização de sessões, a partir do dia 13 de janeiro, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

c) TRABALHOS REALIZADOS NO SENADO FEDERAL

c1 - Sessões Realizadas

Na 3ª sessão legislativa extraordinária da 49ª legislatura, o Senado Federal realizou 9 (nove) sessões plenárias, sendo prestadas, na sessão do dia 14 de janeiro, homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador Cattete Pinheiro, em virtude da aprovação do Requerimento nº 2/92, de autoria dos Senadores Oziel Carneiro e Couti-

inho Jorge. Em cumprimento à decisão do Plenário, foi designada Comissão Externa, integrada pelos Senadores Ozziel Carneiro, Coutinho Jorge e Almir Gabriel, para representar o Senado nos funerais do ex-Senador.

c2 - Matéria Legislativa

Foram apresentadas, no período da sessão legislativa, as seguintes proposições:

Proposição	Autor	Ementa
PLS nº 1/91	Pedro Simon	Cria o Conselho de Entendimento e do Desenvolvimento Nacional e dá outras providências.
PDL nº 1/91	Humberto Lucena	Susta o Decreto nº 430, de 20 de janeiro de 1992, que regulamenta o art. 4º da Lei nº 8.197, de 17.6.91 e dá outras providências.

Requerimentos

Nº	Autor	Assunto
1/92	Maurício Corrêa	Pedido de informações ao Ministro da Aeronáutica.
2/92	Ozziel Carneiro e Coutinho Jorge	Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Senador Cattete Pinheiro.
3/92	Élcio Alvares	Transcrição nos Anais do Editorial "O Projeto para o Brasil", publicado no jornal O Globo do dia 15 de janeiro.
4/92	Rachid Saldanha Derzi	Transcrição nos anais do Artigo "Os índios já ameaçam a soberania nacional", publicado no Correio Braziliense de 16 de janeiro.
5/92	Josaphat Marinho	Transcrição nos Anais do editorial "Privatização ou Colonização", publicado no jornal A Tarde, de Salvador, Bahia, no dia 20 de janeiro.

Nº	Autor	Assunto
6/92	Júlio Campos	Transcrição nos Anais da nota da VASP à opinião pública e da nota da Associação dos Pilotos da VASP, publicadas na edição do dia 19 de janeiro no jornal O Estado de São Paulo.
7/92	João Rocha	Transcrição nos Anais do artigo "O Escândalo do Café", publicado no jornal O Globo, edição de 19 de janeiro.

c3 - Escolha de Autoridades

Para os fins do disposto no art. 52, inciso III, da Constituição, foram encaminhadas ao Senado as seguintes Mensagens Presidenciais:

Mensagem		Nome	Cargo
Nº SF	Nº PR		
143/92	863/91	Dr. Milton Luiz Pereira	Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
144/92	21/92	Dr. Armando de Brito	Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho.
146/92	26/92	Sr. Luiz Villarinho Pedroso	Embaixador do Brasil junto ao Sultonato de Omã.
147/92	27/92	Marcos Henrique Camillo Côrtes	Embaixador do Brasil junto ao Estado Independente de Papua e Nova Guiné (função cumulativa).

c4 - Comunicação de Ausência

Durante o período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, foram encaminhadas à Mesa, nos termos do disposto no art. 39, alínea a, do Regimento Interno, as seguintes comunicações de ausência do País:

Senador	Período
Carlos De'Carli	- de 28.12.91 a 28.1.92 - tratamento de saúde.

Senador	Período
Áureo Mello	- de 7.1 a 15.2.92 - caráter particular.
Júlio Campos	- nos meses de janeiro e fevereiro de 1992 - caráter particular.
Mauro Benevides	- de 29.12.91 a 2.1.92 - em viagem aos Estados Unidos da América - caráter particular.
Marco Maciel	- de 5 a 20.1.92 - em viagem a Portugal - caráter particular.
José Eduardo	- de 9 a 14.2.92 - em viagem à Argentina e Chile - interesse particular.
Ronan Tito e Nelson Carneiro	- de 23 a 26.1.92 - em missão do Senado, integrando a representação do Brasil à Reunião da Junta Diretiva, Comissão do Meio Ambiente e Dívida Externa do Parlamento Latino Americano, a realizar-se em San Domingos, República Dominicana.

c5 - Pronunciamentos

No período em que o Senado funcionou extraordinariamente, usaram da palavra em plenário os seguintes Senadores:

Senador	Discurso	Aparte
Albano Franco	2	-
Almir Gabriel	2	1
Amazonino Mendes	1	2
Amir Lando	3	2
Antônio Mariz	-	3
Beni Veras	-	1
César Dias	1	-
Chagas Rodrigues	1	3
Cid Sabóia de Carvalho	2	4
Eduardo Suplicy	5	5
Élcio Alvares	1	5
Epitácio Cafeteira	2	4
Esperidião Amin	2	2
Fernando Henrique Cardoso	-	2
Flaviano Melo	1	-
Francisco Rollemberg	2	3
Garibaldi Alves Filho	1	-
Gerson Camata	-	1
Guilherme Palmeira	-	3
Humberto Lucena	3	6

Senador	Discurso	Aparte
Irapuan Costa Júnior	1	-
Josaphat Marinho	1	2
José Eduardo	-	1
José Richa	-	1
Júlio Campos	-	2
Júnia Marise	2	-
Jutahy Magalhães	1	1
Lavoisier Maia	-	1
Lourival Baptista	4	1
Magno Bacelar	1	3
Mansueto de Lavor	1	2
Márcio Lacerda	2	-
Marco Maciel	-	1
Mário Covas	2	1
Maurício Corrêa	2	1
Mauro Benevides	2	2
Nabor Júnior	3	2
Ney Maranhão	3	10
Odacir Soares	1	-
Oziel Carneiro	1	4
Pedro Simon	1	1
Ronaldo Aragão	-	3
Ronan Tito	-	2
Ruy Bacelar	2	1
Teotônio Vilela Filho	-	1
Valmir Campelo	1	2

d) ENCERRAMENTO ANTECIPADO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Na sessão realizada no dia 23 de janeiro, às 14,30 horas, foi recebido o ofício nº 170/92 através do qual o Presidente da Câmara dos Deputados comunicava ao Senado a rejeição pelo Plenário daquela Casa do Projeto de Lei nº 2.474, de 1992, que dispõe sobre fontes de custeio para a Previdência Social, que justificou a convocação extraordinária do Congresso Nacional pelo Presidente da República, e o conseqüente encerramento dos trabalhos da Câmara dos Deputados, por se tratar do único item constante daquela convocação.

À vista dessa comunicação o Presidente do Senado, Senador Mauro Benevides, deu por terminada a 3ª sessão legislativa extraordinária da 49ª legislatura, encerrando os trabalhos também no Senado Federal.

Id - QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 49ª LEGISLATURA

A quarta sessão legislativa extraordinária foi convocada, concomitantemente, pelo Presidente da República e pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

a) ATOS CONVOCATÓRIO

ai - do Presidente da República

Mensagem nº 250/92

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional,

Com fundamento no artigo 57, § 6º, inciso II, e § 7º, da Constituição Federal, convoco extraordinariamente o Congresso Nacional no período de 1º a 31 de julho deste ano, para discussão e votação das proposições urgentes e de relevante interesse público constantes da relação anexa.

Brasília, 30 de junho de 1992

Fernando Collor

Projetos em Tramitação no Congresso Nacional

1. PEC Nº 51/90

Autor: Deputado José Serra

Altera os prazos para realização do plebiscito e da revisão constitucional, de que trata os artigos segundo e terceiro do Ato das Disposições Transitórias.

2. PEC Nº 55/91

Autor: Poder Executivo
MSG 523, de 4.10.91

Altera dispositivos da Constituição Federal. (Ajuste Fiscal)

3. PEC Nº 56/91

Autor: Poder Executivo
MSG 523, de 4.10.91

Altera dispositivos da Constituição Federal (Desregulamentação).

4. **PLN Nº 01/92**
Autor: Poder Executivo
MSG 42, de 17.2.92

Dispõe sobre a primeira revisão do Plano Plurianual para o triênio 1993 - 1995, consoante o artigo quinto da Lei nº 8.173, de 30 de janeiro de 1991, e dá outras providências.

5. **PLN Nº 02/92**
Autor: Poder Executivo
MSG 45, de 18.2.92

Altera dispositivos da Lei nº 8.211, de 22 de julho de 1991, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para 1992.

6. **PL Nº 3/91**
Autor: Poder Executivo
MSG 19, de 9.1.91

Dispõe sobre os incentivos fiscais para capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária, e dá outras providências.

7. **PL Nº 8/91**
Autor: Poder Executivo
MSG 67, de 18.2.91

Dispõe sobre a prestação de serviços de movimentação de mercadorias, armazenagem, transporte, vigilância portuária e demais serviços correlatos ou afins nos portos, a construção e exploração de instalações portuárias, a estruturação de tarifas portuárias, e dá outras providências.

8. **PL Nº 11/91**
Autor: Deputada Luci Choinacki

Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

9. **PL Nº 202/91 (PLS 179/90)**
Autor: Senador Fernando Henrique Cardoso

Dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, prevista no art. 175 da Constituição, e regula a concessão de obra pública.

10. **PL Nº 824/91**
Autor: Poder Executivo
MSG 192, de 30.5.91

Regula direitos e obrigações relativos a propriedade industrial.

11. PL Nº 997/91
Autor: Poder Executivo
MSG 229, de 21.5.91
- Dispõe quanto à proteção da propriedade intelectual de programas de computador, sua comercialização no país, e dá outras providências.
12. PL Nº 1.491/91
Autor: Deputado Luiz Ponte
- Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências.
13. PL Nº 2.180/91
Autor: Poder Executivo
MSG 623, de 6.11.91
- Dispõe sobre a criação da Secretaria Especial de Controle Interno e dá outras providências.
14. PL Nº 2.204/91
Autor: Poder Executivo
MSG 627, de 7.11.91
- Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário e dá outras providências.
15. PL Nº 2.486
Autor: Poder Executivo
MSG 23, de 15.1.92
- Altera o art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social e institui plano de custeio.
16. PL Nº 2.990/92
Autor: Poder Executivo
MSG 219, de 15.6.92
- Regulamenta os arts. 37, XI, e 39, § 1º, da Constituição e dá outras providências.
17. PLC Nº 125/91 - (Projeto de Lei Complementar - PLP 60/89)
Autor: Deputada Rita Camata
- Disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal.

18. PLC Nº 60/92 (EX-PL 2.341/91)

Autor: Poder Executivo
MSG 700, de 29.11.91

Altera a estrutura do Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências.

MSG 214, de 10.6.92 - Alteração do PL

19. PLC Nº 58/92 (PLP Nº 73/91)

Autor: Poder Executivo
MSG 587, de 28.10.91

Institui a Lei Orgânica da Advocacia Geral da União e dá outras providências.

MSG 153, de 12.5.92 - Alteração do PL

20. PLP Nº 111/92 - complementar

Autor: Deputado Jarvis Gaidzinski

Altera o artigo 19 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, proibindo repasse de verbas públicas para constituição e o reforço de entidades de providência privada.

21. Mensagem nº 218/92, de 15.5.92

Autor: Poder Executivo

Solicitação de delegação para facultar a edição, até 15 de fevereiro de 1993 e independentemente da apreciação dos respectivos projetos pelo Congresso Nacional, as leis indispensáveis para assegurar a isonomia referida no art. 39, parágrafo 1º, da Constituição.

22. Mensagem nº 249/92, de 29.6.91

Autor: Poder Executivo

Cria o Centro Federal de Inteligência e reorganiza a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

a2 - dos Presidentes da Câmara e do Senado Federal

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do § 6º e § 7º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, e considerando o interesse público relevante, resolvem convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, no período de 1º a 31 de julho de 1992, para acompanhar, em plena atividade, os fatos políticos que ora se desenrolam e para deliberar sobre:

1 - matérias de competência privativa do Senado Federal, compreendidas no art. 52, incisos III a IX da Constituição Federal;

2 - eleição do Conselho de Comunicação Social, criado pela Lei nº 6.389, de 30.12.91;

3 - PEC nº 82-C/91, que "altera o art. 29 da Constituição Federal";

4 - PEC nº 51/90, que "altera os prazos para realização do plebiscito e da revisão constitucional, de que tratam os arts. 2º e 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias";

5 - PL 1.491/91 (PLC 59/92), que "regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências";

6 - PL 8/91 (PLC 66/92), que "dispõe sobre a prestação de serviços de movimentação de mercadorias, armazenagem, transporte, vigilância e portuária e demais serviços correlatos ou afins nos portos, a construção e exploração de instalações portuárias, a estruturação de tarifas portuárias, e dá outras providências";

7 - PLS 179/90 (PL 202/91), que "dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, prevista no art. 175 da Constituição, e regula a concessão de obra pública";

8 - PL 11/91 (PLC 65/92), que "dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal";

9 - PLC 58/92 - Complementar (PL Comp. 73/91), que "institui a Lei Orgânica da Advocacia Geral da União e dá outras providências";

10 - Emenda da Câmara ao PLS 193/86 (PL 8.342/86), que "acrescenta parágrafo ao art. 153 do Código Eleitoral, com vistas a facilitar a votação de eleitores com impedimento religioso";

11 - Substitutivo da Câmara do PLS 385/91-Complementar (Pl Comp. 97/92), que "dá nova redação ao art. 3º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que "estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências";

12 - PL 10/92-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 32.390.000.000,00, para os fins que especifica";

13 - PL 2.990/92, que "regulamenta os arts. 37, XI, e 39, § 1º da Constituição e dá outras providências";

14 - Mensagem 47/92-CN, solicitando delegação para editar, até 15 de fevereiro de 1993 e independentemente da apreciação dos respectivos projetos pelo Congresso Nacional, as Leis indispensáveis para assegurar a isonomia referida no art. 39, § 1º, da Constituição Federal.

Congresso Nacional, em 30 de junho de 1992

Deputado IBSEM PINHEIRO
Presidente da Câmara
dos Deputados

Senador MAURO BENEVIDES
Presidente
do Senado Federal

a3 - Aditamento ao Ato Convocatório dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso da competência que lhes é outorgada pelo inciso II do § 6º e § 7º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, resolvem ADITAR à pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional para o período de 1º a 31 de julho de 1992, o seguinte:

1 - Projeto de Lei nº 1.718, de 1991, que "define a utilização dos Títulos da Dívida Agrária prevista na Constituição Federal";

2 - Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1992 (PL nº 2.905/92), que "dispõe sobre os vencimentos dos Docentes de Primeiro e Segundo Grau pertencentes ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987";

3 - proposições relativas a matéria orçamentária (art. 166 da Constituição Federal); e

4 - funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito Mistas e de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, em 2 de julho de 1992

Deputado IBSEM PINHEIRO
Presidente da Câmara
dos Deputados

Senador MAURO BENEVIDES
Presidente
do Senado Federal

b) Instalação da 4ª sessão legislativa extraordinária da 49ª Legislatura

A sessão legislativa foi solenemente instalada, em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, às onze horas do dia 1º de julho de 1992, sob a direção do Presidente do Senado Federal, Senador Mauro Benevides.

c) Trabalhos Realizados no Senado Federal

c1 - Sessões realizadas

Ordinárias - 21
Extraordinárias - 6

c2 - Matérias Legislativas

1) Propostas de Emenda à Constituição

Nº	Autoria	Ementa	Resultado
7/92	Câmara dos Deputados (nº 82/91)	Altera o art. 29 da Constituição Federal.	Em tramitação

Nº	Autoria	Ementa	Resultado
8/92	Câmara dos Deputados (nº 51/90)	Dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Aprovada em 1º turno

2) Projetos de Lei da Câmara

Recebidos

Nº		Ementa
SF	CD	
67/92 (Complementar)	71/89	Dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária.
68/92 (do Presidente da República)	2.990/92	Regulamenta os arts. 37, XI, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências. (À Câmara - Lei nº 8.448, de 21.7.92).

Apreciados

Nº		Ementa	Resultado
SF	CD		
60/92 (do Presidente da República)	2.341/91	Altera a estrutura do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.442, de 14.7.92
61/92 (do Presidente da República)	2.486/92	Altera os arts. 30 e 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui o Plano de Custeio, e o art. 41 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.	À sanção Lei nº 8.444, de 20.7.92
62/92 (do Presidente da República)	2.905/92	Dispõe sobre os vencimentos dos docentes de 1º e 2º Graus pertencentes ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.	À sanção Lei nº 8.445, de 20.7.92

3) Projetos de Lei do Senado

Recebidos

Nº	Autor	Ementa	Resultado
96/92	Marluce Pinto	Revoga os incisos I, II e III do art. 7º da Lei nº 8.162, de 3.1.91, para permitir que o tempo de serviço público federal, prestado pelos servidores celetistas que passaram ao regime da Lei nº 8.112, de 11.12.90, seja contado, também, para fins de anuênio, incorporação de quintos e licença-prêmio por assiduidade.	Retirado
97/92	Márcio Lacerda	Dispõe sobre a inclusão, nas cédulas utilizadas com o meio circulante nacional, de elementos que possibilitem sua identificação por pessoas portadoras de deficiência visual.	Tramitando
98/92	Marluce Pinto	Dispõe sobre o custeio de programas não convencionais de escolarização do ensino fundamental para crianças e adolescentes carentes, com recursos do salário-educação, e dá outras providências.	Tramitando
99/92	Hugo Napoleão	Revoga o Decreto-lei nº 857, de 11.9.69, que estipula novos parâmetros para contratos, títulos e obrigações essequíveis no Brasil.	Tramitando
100/92	Márcio Lacerda	Dá nova redação ao "caput" do art. 4º do Decreto-lei nº 368, de 18.12.68.	Tramitando
101/92	Esperidião Amin	Acrescenta inciso e parágrafo ao art. 2º da Lei nº 8.036, de 11.5.90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Tramitando
102/92	Márcio Lacerda	Dispõe sobre o mandado de segurança coletivo e dá outras providências.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
103/92	Márcio Lacerda	Estabelece a obrigatoriedade do cadastramento das pessoas e estabelecimentos que fabriquem, manipulem ou comercializem as substâncias que menciona e dá outras providências.	Tramitando
104/92	Ronan Tito	Dispõe sobre a transação a que se refere o inciso I do art. 98 da Constituição Federal, para redução de penas pelos crimes que indica, e dá outras providências.	Tramitando
105/92	Comissão Parlamentar de Inquérito-FGTS	Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.	Tramitando
106/92	Ney Maranhão	Dispõe sobre a venda, através de licitação, de toda a rede de postos revendedores de combustíveis de propriedade da Petrobrás Distribuidora S.A., em todo território nacional e dá outras providências.	Retirado
107/92 (Complementar)	César Dias	Dispõe sobre a exploração, pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas e na fronteira.	Tramitando
108/92	Nelson Wedekin	Dispõe sobre redução ou isenção de pena, em razão de participação na elucidação de crimes contra a administração pública e dá outras providências.	Tramitando
109/92	Márcio Lacerda	Regulamenta o art. 208, IV, da Constituição Federal, criando o Programa Nacional de Educação das Crianças de zero a seis anos de idade, em creches e pré-escolas, e dá outras providências.	Tramitando
110/92	João França	Estabelece normas gerais de tarifação para as empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica e água.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
111/92	Pedro Simon	Dispõe sobre a nomeação dos Presidentes das Instituições Oficiais de Crédito do Governo Federal.	Tramitando
112/92	César Dias	Altera o art. 17 da Lei nº 8.177, de 1 de março de 1991, que dispõe sobre a remuneração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Tramitando
113/92	Márcio Lacerda	Altera o Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, com a redação dada pela Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984), acrescentando um inciso ao art. 62 e ao § 2º do art. 121, a fim de prever o crime de linchamento.	Tramitando
114/92	Márcio Lacerda	Acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.	Tramitando

Emendados pela Câmara dos Deputados

SF	Nº CD	Autor	Ementa	Resultado
193/86	8.342/86	Murilo Baró	Acrescenta parágrafo ao art. 153 do Código Eleitoral, com vistas a facilitar a votação de eleitores com impedimento religioso.	À sanção Veto total
228/91	2.559/92	Humberto Lucena	Concede pensão especial a Francisco Paula Cândido e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.456 de 3.9.92

4) Projetos de Resolução

Nº	Autor	Ementa	Resultado
46/92	Fernando Henrique Cardoso	Dispõe sobre a recomposição do quadro de Assessores Legislativos.	Tramitando
47/92	Áureo Mello (Relator)	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 126,000,000.00 (cento e vinte e seis milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do projeto de Descentralização do Transporte Ferroviário Metropolitano no Estado de São Paulo.	Resolução nº 41, de 15.7.92
48/92	Áureo Mello (Relator)	Autoriza a contratação, com a garantia da República Federativa do Brasil, de operação de crédito externo, no valor de US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), entre o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada a financiar parcialmente o Projeto Nacional de Controle da Poluição Industrial - Polubrás.	Resolução nº 42, de 15.7.92
49/92	Comissão Diretora	Transforma cargos efetivos, vagos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, e dá outras providências.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
50/92	Esperidião Amin	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a trinta milhões de marcos alemães, destinada ao cofinanciamento do Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA.	Resolução nº 43, de 24.7.92
51/92	Comissão Diretora	Cria o restaurante dos Servidores do Senado Federal e, para administrá-lo, o Serviço de Controle e Fiscalização Alimentar.	Tramitando
52/92	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, e dá outras providências.	Tramitando
53/92	Esperidião Amin (Relator)	Restabelece a vigência da Resolução nº 88, de 1991, do Senado Federal.	Resolução nº 44, de 30.7.92

5) Requerimentos

Nº	Autor	Assunto	Resultado
477/92	Iram Saraiva	Licença dia 4 de julho e 5 de agosto para tratamento da saúde.	Aprovado
478/92	Jonas Pinheiro	Transcrição nos Anais do pronunciamento feito pelo Presidente da República em rede nacional de rádio e televisão, no dia 30.6.92.	Tramitando
479/92	Pedro Simon	Solicita ao TCU a realização de inspeção no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
480/92	Nelson Carneiro	Inclusão de Projeto em Ordem do Dia.	Aprovado
481/92	Nelson Carneiro	Inclusão de Projeto em Ordem do Dia.	Aprovado
482/92	Mário Covas	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre Projeto.	Aprovado
483/92	César Dias	Transcrição nos Anais do Editorial "General Agenor, honradês e qualquer prova", de autoria do jornalista Antônio Pedreira, publicado na Revista "O Poder", edição 38/92.	Aprovado
484/92	Humberto Lucena	Transcrição nos Anais do artigo intitulado "Para Tranquilidade da Nação", publicado no jornal "O Estado de São Paulo", de 1º de julho de 1992.	Aprovado
485/92	Almir Gabriel	Prorrogação do prazo (60 dias) para a Comissão Temporária criada pelo Ato nº 16/92 do Presidente do Senado.	Aprovado
486/92	Coutinho Jorge	Prorrogação, por mais 30 dias, do prazo concedido à Comissão Temporária da ECO/92.	Aprovado
487/92	Líderes	Urgência (R.I. art. 336, "c").	Aprovado
488/92	Mauro Benevides e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Prejudicado
489/92	Mauro Benevides e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Prejudicado
490/92	Marco Maciel	Transcrição nos Anais do artigo "Para Tranquilidade da Nação", publicado no jornal "O Estado de São Paulo", edição de 1º de julho de 1992.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
491/92	Fernando Henrique Cardoso	Transcrição nos Anais do editorial, publicado no jornal "O Estado de São Paulo", edição de 25 de junho corrente, sob o Título "O drama da pesquisa".	Aprovado
492/92	Júlio Campos	Audiência da Comissão de Infra-Estrutura sobre Projetos.	Aprovado
493/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
494/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
495/92	Maurício Correia	Transcrição nos Anais do artigo intitulado "Justiça made in USA", de autoria do Senhor Augusto Boal, publicado no Jornal do Brasil, edição de 25.6.92.	Aprovado
496/92	Valmir Campe- lo	Transcrição nos Anais do artigo sob o título "Mais trabalho menos fofoca", publicado no jornal Folha de São Paulo, edição de 5.7.92.	Tramitando
497/92	Nelson Wede- kin	Pedido de informações ao Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
498/92	José Eduardo	Transcrição nos Anais do artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, edição de 8.7.92, de autoria do analista político Jarbas Holanda, intitulado o "Fora Collor" e as Reformas.	Tramitando
499/92	Garibaldi Al- ves Filho	Convocação do Ministro de Estado do Trabalho e da Administração, Doutor João Mellão Neto, a fim de prestar informações sobre a anunciada extinção do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.	Tramitando
500/92	Eduardo Su- plicity	Convocação do Ministro de Estado da Ação Social para prestar informações sobre os critérios adotados para a escolha dos municípios que receberão recursos do PROSEGE.	Retirado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
501/92	Mário Covas	Pedido de informações ao Ministro da Justiça.	Aprovado
502/92	Nelson Carneiro	Pedido de informações ao Ministro das Minas e Energia.	Aprovado
503/92	Pedro Simon	Pedido de informações ao Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, através do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
504/92	Esperidião Amin	Transcrição nos Anais da matéria publicada no jornal Correio Brasileiro sob o Título "Uma carta sentida a um Presidente Imperador", do jornalista Ari Cunha, edição de 9.7.92.	Tramitando
505/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
506/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
507/92	Ronan Tito	Audiência da CRE sobre Projeto.	Aprovado
508/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
509/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
510/92	Élcio Alvares	Transcrição nos Anais do pronunciamento feito, no dia 9.7.92, em cadeia nacional de rádio e televisão, pelo Sr. Presidente da República, acerca da conclusão do acordo com os bancos comerciais estrangeiros, relativo à dívida externa brasileira.	Tramitando
511/92	Mauro Benevides e outros Senadores	Homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Edivaldo Motta.	Aprovado
512/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
513/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Prejudicado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
514/92	Pedro Simon	Pedido de informações ao Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
515/92	Magno Bacelar	Inverso da Ordem do Dia.	Aprovado
516/92	Esperidião Amin	Pedido de informações ao Ministro da Previdência Social.	Aprovado
517/92	Líderes	Extinção de urgência.	Aprovado
518/92	Nelson Carneiro	Pedido de informações ao Ministro das Relações Exteriores.	Aprovado
519/92	Nelson Carneiro	Transcrição nos Anais do artigo "CPI e IMPEACHMENT", de autoria do Ministro Paulo Brossard, publicado no jornal A Tarde, da Bahia, edição de 16 de julho de 1992.	Aprovado
520/92	José Eduardo	Tramitação conjunta de Projetos.	Aprovado
521/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
522/92	Nelson Wedekin	Pedido de informações ao Ministro da Previdência Social.	Aprovado
523/92	Odacir Soares	Tramitação conjunta de Projetos.	Aprovado
524/92	Líderes	Extinção de urgência.	Aprovado
525/92	Pedro Simon	Pedido de informações ao Ministro da Aeronáutica.	Aprovado
526/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
527/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
528/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
529/92	Pedro Simon	Pedido de informações ao Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento.	Aprovado
530/92	Pedro Simon	Pedido de informações ao Secretário-Geral da Presidência da República.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
531/92	Odacir Soares	Transcrição nos Anais do artigo intitulado "Curió: Mentiroso, torturador, assassino, delator", publicado no jornal "Tribuna da Imprensa" do dia 22 de julho do corrente ano, de autoria do jornalista Hélio Fernandes.	Tramitando
532/92	Esperidião Amin	Tramitação conjunta de Projetos.	Aprovado
533/92	Esperidião Amin	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
534/92	Nelson Carneiro	Pedido de informações ao Ministro do Trabalho e da Administração Federal.	Aprovado
535/92	José Richa	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
536/92	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais do editorial do jornal "O Globo", edição de 29.7, sob o título "Carta de Alforria".	Aprovado
537/92	Irapuan Costa Júnior	Audiência da Comissão de Assuntos Econômicos sobre Projeto.	Aprovado
538/92	Pedro Simon	Pedido de informações ao Secretário-Geral da Presidência da República.	Aprovado
539/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
540/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
541/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
542/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
543/92	Esperidião Amin	Licença para se afastar dos trabalhos da Casa no dia 3.8, a fim de, em desempenho de Missão do Senado, proferir palestra sobre "os grupos de pressão na sociedade" no Ciclo de Conferências promovido pela Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
544/92	Antônio Mariz	Pedido de informações ao Ministro da Educação.	Aprovado

c3 - Escolha de Autoridades

i - Recebidas

Mensagem Nº		Nome	Função	Resultado
SF	CD			
246/92	255/92	Félix Baptista de Faria	Embaixador do Brasil junto à República Islâmica da Mauritânia. (função cumulativa)	Aprovada em 14.10.92
258/92	266/92	José Calixto Ramos	Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, para o triênio 1992/1995.	Aprovada em 14.10.92
259/92	267/92	José Francisco da Silva	Ministro Classista Temporário, representante dos trabalhadores, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, para o Triênio 1992/1995.	Aprovada em 14.10.92
260/92	268/92	Afonso Celso Moraes de Sousa Carmo	Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, para o Triênio 1992/1995.	Aprovada em 14.10.92
261/92	269/92	Osório Coelho Guimarães Filho	Suplente de Ministro Classista Temporário, representante dos empregadores, junto ao Tribunal Superior do Trabalho, para o triênio 1992/1995.	Aprovada em 14.10.92

2) Apreciada

Mensagem Nº		Nome	Função	Resultado
SF	CD			
235/92	236/92	Fernando Silva Alves	Embaixador do Brasil junto ao Reino Hache- mita da Jordânia.	Apreciada em 29.7.92

c4 - Comissões

1) Temporárias para exame de Propostas de Emenda à
Constituição:

- Proposta de Emenda nº 6, de 1992, constituída em 13
de julho.

PMDB - Márcio Lacerda, Pedro Simon, Nelson Carneiro, Wilson
Martins e Irapuan Costa Júnior.

PFL - Odacir Soares, Júlio Campos e Carlos Patrocínio.

PSDB - Beni Veras e Jutahy Magalhães.

PTB - Marluce Pinto.

PDT - Nelson Wedekin.

PRN - Júnia Marise.

PDS - Jarbas Passarinho.

PDC - Amazonino Mendes.

PSB - José Paulo Bisol.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992,
constituída em 13 de julho.

PMDB - Alfredo Campos, Cid Sabóia de Carvalho, Antônio Mariz,
Onofre Quinan e Ronan Tito.

PFL - Francisco Rollemberg, Josaphat Marinho e Guilherme Pal-
meira.

PSDB - Chagas Rodrigues e Mário Covas.

PTB - José Eduardo.

PDT - Magno Bacelar.

PRN - Áureo Mello.

PDS - Lucídio Portella.

PDC - Amazonino Mendes.

PT - Eduardo Suplicy.

- Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1992,
constituída em 16 de julho.

PMDB - Pedro Simon, Alfredo Campos, Cid Sabóia de Carvalho,
Nelson Carneiro e Antônio Mariz.

PLF - Hugo Napoleão, Josaphat Marinho e Francisco Rollemberg.

PSDB - José Richa e Beni Veras.

PTB - Louremberg Nunes Rocha.
PDT - Nelson Wedekin.
PRN - Rachid Saldanha Derzi.
PDS - Esperidião Amin.
PDC - Amazonino Mendes.
PSB - José Paulo Bisol.

2) Parlamentares de Inquérito.

2a) Alterações ocorridas na composição:

- CPI criada pelo requerimento nº 985, de 1991, destinada a investigar a evasão fiscal.

19.7. - Substituição do Senador Chagas Rodrigues pelo Senador Jutahy Magalhães.

- CPI criada pelo requerimento nº 376, de 1992, destinada a apurar denúncias de irregularidades cometidas em fundos de pensões de estatais e na Petrobrás.

2.7. - Designação do Senador Chagas Rodrigues como Titular e Teotônio Vilela Filho como Suplente.

- Substituição do Senador João Calmon pelo Senador Coutinho Jorge.

- CPI criada pelo requerimento nº , de , destinada a apurar denúncia a questão

3) Especiais

Alterações ocorridas.

- Constituída pelo Ato nº 16, de 1992, do Presidente, a fim de proceder amplo estudo do sistema previdenciário brasileiro.

2.7. - Prorrogado o prazo de funcionamento por 60 dias.
Novo prazo: 2.10.92

- Constituída pelo requerimento nº 146, de 1991, para estudar e analisar, bem como acompanhar as atividades da ECO/92.

2.7. - Prorrogado o prazo de funcionamento por 30 dias.
Novo prazo:

21.7. - Recebimento de cópia da Declaração do Rio, aprovada na ECO/92.

c5) Missão do Senado

- 9.7. - Designado o Senador José Sarney para representar o Senado Federal na solenidade de inauguração do Parque de Algarve, em Portugal, a realizar-se no dia 11 de julho.

c6) Comunicação de Ausência do País

- 19.7. - Senador José Eduardo - viagem à Argentina no período de 3 a 5 de julho de 1992, em caráter particular.

c7) Participação dos Senadores nos Trabalhos

1 - Proposições apresentadas

Senadores	PLS	PR	REQ	PARECERES
Almir Gabriel	-	-	1	-
Antônio Mariz	-	-	1	-
Áureo Mello	-	2	-	4
César Dias	2	-	1	2
Cid Sabóia de Carvalho	-	-	-	1
Coutinho Jorge	-	-	1	-
Eduardo Suplicy	-	-	1	-
Élcio Alvares	-	-	1	-
Esperidião Amin	1	2	5	3
Fernando Henrique Cardoso	-	1	1	-
Garibaldi Alves Filho	-	-	1	-
Hugo Napoleão	1	-	-	-
Fernando Henrique Cardoso	-	-	1	-
Iram Saraiva	-	-	1	-
Irapuan Costa Júnior	-	-	1	-
João Calmon	-	-	-	1
João França	1	-	-	-
Jonas Pinheiro	-	-	1	-
José Eduardo	-	-	2	-
José Fogaca	-	-	-	1
José Richa	-	-	1	1
Júlio Campos	-	-	1	-
Líderes	-	-	19	-
Magno Bacelar	-	-	1	-
Márcio Lacerda	7	-	-	-
Marco Maciel	-	-	1	-
Mário Covas	-	-	2	-

Senadores	PLS	PR	REQ	PARECERES
Marluce Pinto	2	-	-	-
Maurício Corrêa	-	-	1	1
Mauro Benevides	-	-	4	-
Nelson Carneiro	-	-	4	-
Nelson Wedekin	1	-	4	-
Ney Maranhão	1	-	-	-
Odacir Soares	-	-	2	-
Pedro Simon	1	-	7	-
Rachid Saldanha Derzi	-	-	-	6
Ronaldo Aragão	-	-	-	1
Ronan Tito	1	-	1	-
Valmir Campelo	-	-	1	-

2) Pronunciamentos

Senadores	Discursos	Apartes	Discussão	Encaminhamento	Pela Ordem
Albano Franco	-	1	-	-	-
Alfredo Campos	-	4	-	2	-
Almir Gabriel	1	1	-	-	-
Aluizio Bezerra	2	-	-	-	-
Amazonino Mendes	-	1	-	-	-
Amir Lando	-	4	-	-	-
Antônio Mariz	2	2	-	-	-
Áureo Mello	6	9	-	-	-
Beni Veras	2	2	-	-	-
Carlos De Carli	2	1	-	-	-
Carlos Patrocínio	-	2	-	-	-
César Dias	2	-	-	-	-
Chagas Rodrigues	1	4	-	1	-
Cid Sabóia de Carvalho	3	7	2	3	-
Courinho Jorge	-	1	-	-	-
Darci Ribeiro	-	1	1	-	-
Divaldo Suruagy	-	14	-	-	-
Eduardo Suplicy	11	7	-	1	-
Élcio Alves	2	7	-	-	-
Epitácio Cafeteira	-	2	-	-	-
Esperidião Amin	3	11	-	2	-
Fernando Henrique Cardoso	2	3	1	-	-
Francisco Rollemberg	2	1	-	-	-
Garibaldi Alves Filho	3	2	1	-	-
Gerson Camata	-	4	-	-	-
Guilherme Palmeira	1	-	-	-	-
Hugo Napoleão	2	8	1	-	-

Senadores	Discursos	Apartes	Discussão	Encaminhamento	Pela Ordem
Humberto Lucena	4	5	1	-	-
Irapuan Costa Júnior	-	1	-	-	-
Jarbas Passarinho	3	6	1	1	1
João Calmon	3	3	-	-	-
João França	4	-	-	-	-
João Rocha	2	-	-	-	-
Jonas Pinheiro	-	3	-	2	-
Josaphat Marinho	-	4	-	1	-
José Eduardo	1	1	-	-	-
José Fogaca	5	4	-	2	-
José Richa	1	4	-	1	-
Júlio Campos	3	3	-	-	-
Júnia Marise	-	1	-	-	-
Jutahy Magalhães	4	7	-	2	1
Lavoisier Maia	2	1	-	-	-
Lourival Baptista	7	1	-	-	-
Magno Bacelar	-	2	-	-	-
Mansueto de Lavor	-	5	-	-	-
Márcio Lacerda	1	-	-	-	-
Marco Maciel	2	10	1	3	-
Mário Covas	-	3	-	-	-
Maurício Corrêa	2	1	-	3	-
Mauro Benevides	2	2	-	1	-
Meira Filho	-	2	-	-	-
Nabor Júnior	5	2	-	-	-
Nelson Carneiro	4	5	-	3	2
Nelson Wedekin	10	2	-	-	-
Ney Maranhão	6	9	1	1	-
Odacir Soares	3	-	-	-	-
Onofre Quinan	-	2	-	-	-
Pedro Simon	-	5	-	1	-
Rachid Saldanha Derzi	-	2	-	-	-
Raimundo Lira	-	1	-	-	-
Ronaldo Aragão	-	1	-	-	-
Ronan Tito	-	9	-	2	-
Ruy Bacelar	-	1	-	-	-
Valmir Campelo	3	3	-	1	-
Nilson Martins	1	1	-	-	-

d) TRABALHOS REALIZADOS PELO CONGRESSO NACIONAL
EM SESSÕES CONJUNTAS DAS DUAS CASAS

d1 - Sessões Realizadas

Realizaram-se 08 sessões conjuntas, sendo 01 solene.

Sessão solene:

Data	Finalidade
01.07.92	- Instalação dos Trabalhos da 4a. Sessão Legislativa Extraordinária da 49a. Legislatura.

d2 - Matérias Legislativas

1 - PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Nº	Autor	Ementa	Resultado
2/92-CN	Comissão Mista	Delega ao Presidente da República poderes para legislar sobre revisão e instituição de gratificações de atividade dos servidores do Poder Executivo, civis e militares, com o fim específico de assegurar a isonomia prevista no 1º do art.39 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Promulgada. Resolução nº 1/92-CN.

SÚMULA

Total dos Projetos de Resolução	1
Promulgado	1

2 - PROJETOS DE LEI

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
1/92	2/92-CN (42/92, na origem)	Dispõe sobre a primeira revisão do Plano Plurianual para o triênio 1993-1995, consoante o art. 5º da Lei nº 8.173, de 30 de janeiro de 1991, e dá outras providências.	Aprovado Lei nº 8.446, de 21.07.92
2/92	4/92-CN (45/92, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 8.211, de 22 de julho de 1991, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para 1992.	Aprovado Lei nº 8.440, de 10.07.92
3/92	34/92-CN (110/92 na origem)	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1993, e dá outras providências.	Aprovado Lei nº 8.447, de 21.07.92
4/92	35/92-CN (150/92 na origem)	Acrescenta disposições aos arts. 10 e 22 da Lei nº 8.211, de 22 de julho de 1991, para compatibilizá-la com a execução da Lei nº 8.388, de 30 de dezembro de 1991.	Aprovado Lei nº 8.449, de 23.07.92
7/92	44/92-CN (199/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos especial até o limite de Cr\$..... 42.424.21.000,00, e suplementar no valor de Cr\$ 13.334.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.450, de 04.08.92
8/92	45/92-CN (205/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$..... 221.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.451, de 04.08.92
9/92	48/92-CN (229/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito especial até o limite de Cr\$..... 89.364.162.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.452, de 04.08.92
10/92	49/92-CN (238/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$..... 32.390.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.439, de 06.07.92

11/92	50/92-CN (243/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito especial até o limite de Cr\$ 5.701.136.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.453, de 04.08.92
12/92	52/92-CN (251/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União crédito especial até o limite de Cr\$ 2.302.100.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.454, de 04.08.92

SÍNULA

Total dos projetos de lei	10
- aprovados e encaminhados à sanção	10

3 - REQUERIMENTOS

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
58/92	01.07.92	Dep. José Luiz Maia	Destaque.	Deferido
59/92	01.07.92	Dep. José Luiz Maia	Destaque.	Deferido
60/92	01.07.92	Dep. José Luiz Maia	Destaque.	Deferido
61/92	01.07.92	Dep. Generaldo Correia	Destaque.	Deferido
62/92	01.07.92	Dep. Generaldo Correia.	Destaque.	Deferido
63/92	01.07.92	Dep. Eduardo Jorge.	Destaque.	Deferido
64/92	01.07.92	Dep. Eduardo Jorge.	Destaque.	Deferido

65/92	01.07.92	Dep. Eduardo Jorge.	Destaque.	Deferido
66/92	01.07.92	Dep. Eduardo Jorge.	Destaque.	Deferido
67/92	01.07.92	Dep. Eduardo Jorge.	Destaque.	Deferido
68/92	01.07.92	Dep. Gen- baldo Cor- reia	Destaque.	Deferido
69/92	01.07.92	Dep. Eduardo Jorge	Destaque.	Deferido
70/92	01.07.92	Dep. Eduardo Jorge	Destaque.	Deferido
71/92	01.07.92	Dep. Eduardo Jorge.	Destaque.	Deferido
72/92	01.07.92	Dep. Eduardo Jorge	Destaque.	Deferido
73/92	01.07.92	Dep. Luiz Eduardo	Destaque.	Deferido
74/92	01.07.92	Dep. Eduardo Jorge	Destaque.	Deferido
75/92	01.07.92	Dep. Eduardo Jorge.	Destaque.	Deferido
76/92	01.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
77/92	01.07.92	Dep. Eduardo Jorge	Destaque.	Deferido
78/92	01.07.92	Dep. Eduardo Jorge.	Destaque.	Deferido
79/92	01.07.92	Dep. Eduardo Jorge	Destaque.	Deferido
80/92	01.07.92	Dep. Eduardo Jorge	Destaque.	Deferido
81/92	07.07.92	Dep. Benedi- ta da Silva	Prorrogação do prazo de CMPI.	Aprovado

82/92	23.07.92	Dep. Sandra Starling	Adiamento de votação.	Aprovado
83/92	28.07.92	Sen. Henrique Almeida	Prorrogação do prazo de CMPI.	Aprovado
84/92	28.07.92	Dep. Eduardo Jorge	Inversão da ordem do dia.	Aprovado
85/92	28.07.92	Dep. José Luiz Maia	Votação em separado de emenda.	Deferido
86/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Votação em separado de emenda.	Deferido
87/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
88/92	28.07.92	Dep. José Luiz Maia	Destaque.	Deferido
89/92	28.07.92	Dep. Adroaldo Streck	Destaque.	Deferido
90/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
91/92	28.07.92	Dep. Adroaldo Streck	Destaque.	Deferido
92/92	28.07.92	Dep. José Luiz Maia	Destaque.	Deferido
93/92	28.07.92	Dep. Chic Vigilante	Destaque.	Deferido
94/92	28.07.92	Dep. Adroaldo Streck	Destaque.	Deferido
95/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
96/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
97/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
98/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
99/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido

100/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
101/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
102/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
103/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
104/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
105/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
106/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
107/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
108/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
109/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso	Destaque.	Deferido
110/92	28.07.92	Dep. Eden Pedroso.	Destaque.	Deferido
111/92	28.07.92	Dep. Messias Gois	Urgencia para apreciação do Projeto de Lei 17/92CN.	Aprovado

SÚMULA

Total de Requerimentos	54
Aprovados	5
Deferidos	49

d3 - PARTICIPAÇÃO DOS PARLAMENTARES NOS
TRABALHOS DO CONGRESSO NACIONAL

1 - PARTICIPAÇÃO EM PLENÁRIO

<u>SENADORES</u>	REQUE- RIMEN- TO	PROJETO RESOLU- ÇÃO	ENCAMI- NHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUS- SÃO	APARTE	PRONUN- CIAMEN- TO	QUESTÃO DE ORDEM
CID SABÓIA DE CARVALHO	-	-	1	-	-	-	-
HENRIQUE ALMEIDA	1	-	-	-	-	-	-
MÁRCIO LACERDA	-	-	-	-	-	1	-
<u>DEPUTADOS</u>							
ABELARDO LUPION	-	-	-	-	-	1	-
ADROALDO STRECK	3	-	-	-	-	-	-
ADYLSO MOTA	-	-	-	-	-	1	-
AGOSTINHO VALENTE	-	-	-	-	-	3	-
ALBERTO GOLDMAN	-	-	-	-	-	1	-
ALCIDES MODESTO	-	-	-	-	-	1	-
ALOISIO VASCONCELOS	-	-	-	-	-	1	-
ALOIZIO MERCADANTE	-	-	-	-	-	1	-
ANDRÉ BENASSI	-	-	-	-	-	1	-
ARNALDO FARIA DE SÁ	-	-	-	-	-	1	-
ÁTILA LINS	-	-	-	-	-	1	-
AUGUSTO CARVALHO	-	-	2	-	-	1	-
BENEDITA DA SILVA	1	-	-	-	-	1	-

BENEDITO DE FIGUEIREDO	-	-	-	-	-	1	-
CARDOSO ALVES	-	-	-	1	-	1	-
CARLOS KAYATH	-	-	1	-	-	-	-
CARLOS LUPI	-	-	-	-	-	1	-
CÉLIO DE CASTRO	-	-	2	-	-	1	-
CÉSAR MAIA	-	-	-	-	-	1	-
CHICO VIGILANTE	1	-	-	1	-	2	-
CLÓVIS ASSIS	-	-	-	-	-	1	-
DÉRCIO KNOP	-	-	-	-	-	1	-
ÉDEN PEDROSO	20	-	1	-	-	-	-
EDUARDO JORGE	15	-	3	2	-	5	-
ELIAS MURAD	-	-	-	-	-	1	-
ERNESTO GRADELLA	-	-	-	1	-	1	-
EURIDES BRITTO	-	-	1	-	-	-	-
EVALDO GONÇALVES	-	-	-	-	-	1	-
FÁBIO MEIRELLES	-	-	-	-	-	1	-
FREIRE JÚNIOR	-	-	-	-	-	1	-
GENEBALDO CORREIA	3	-	1	-	-	-	-
GERMANO RIGOTTO	-	-	1	-	-	2	-
GERSON PERES	-	-	-	1	-	6	-
INOCÊNCIO OLIVEIRA	-	-	-	-	-	1	-
ISRAEL PINHEIRO	-	-	-	-	-	5	1
JABES RIBEIRO	-	-	-	-	-	1	-
JANDIRA FEGHALI	-	-	2	1	-	-	-
JOÃO FAUSTINO	-	-	-	-	-	1	-
JOÃO MENDES	-	-	-	-	-	2	-

JOÃO PAULO	-	-	-	-	-	1	-
JONES SANTOS NEVES	-	-	-	-	-	1	-
JONI VARISCO	-	-	-	-	-	1	-
JORGE UEQUED	-	-	-	-	-	1	-
JOSÉ CARLOS ALELUIA	-	-	-	-	-	1	-
JOSÉ FORTUNATI	-	-	-	-	-	1	-
JOSÉ LOURENÇO	-	-	1	-	-	1	-
JOSÉ LUIZ MAIA	6	-	-	-	-	1	-
JOSÉ MARIA EYMAEL	-	-	-	-	-	1	-
JOSÉ SERRA	-	-	1	-	-	2	-
JOSÉ THOMAZ NONÔ	-	-	-	-	-	1	-
LOURIVAL FREITAS	-	-	-	-	-	1	-
LUÍS EDUARDO	1	-	-	-	-	-	-
LUIZ CARLOS HAULY	-	-	-	-	-	1	-
MAGALHÃES TEIXEIRA	-	-	-	-	-	1	-
MARIA LAURA	-	-	-	1	-	-	-
MARIA LUIZA FONTENELE	-	-	-	-	-	1	-
MAURO MIRANDA	-	-	-	-	-	1	-
MAX ROSENMANN	-	-	-	-	-	1	-
MESSIAS GÓIS	1	-	1	-	-	3	-
MORONI TORGAN	-	-	-	-	-	2	-
MUNHOZ DA ROCHA	-	-	-	-	-	1	-
NELSON MARQUEZELLI	-	-	-	-	-	2	-
NESTOR DUARTE	-	-	-	-	-	1	-
OSVALDO MELO	-	-	-	-	-	1	-
OTTO CUNHA	-	-	-	-	-	1	-

PAULO MANDARINO	-	-	-	-	-	1	-
PAULO PAIM	-	-	-	-	-	1	-
PAULO RAMOS	-	-	-	-	-	2	-
PAULO ROCHA	-	-	-	-	-	1	-
PINHEIRO LANDIM	-	-	-	-	-	1	-
PRISCO VIANA	-	-	-	-	-	1	-
RAUL PONT	-	-	1	-	-	1	-
RENATO VIANNA	-	-	-	-	-	1	-
RICARDO IZAR	-	-	1	-	-	-	-
ROBERTO FRANCA	-	-	-	-	-	1	-
SANDRA STARLING	2	-	1	-	-	4	1
SóLON BORGES DOS REIS	-	-	-	-	-	1	-
TILDEN SANTIAGO	-	-	-	-	-	2	-
TONY GEL	-	-	-	-	-	1	-
ULDURICO PINTL	-	-	-	-	-	1	-
VICTOR FACCIONI	-	-	-	-	-	3	-
WILSON MOREIRA	-	-	-	-	-	1	-

2 - PARTICIPAÇÃO NAS COMISSÕES

SENADORES	CMPOPF	CPMI	ESPECIAIS	VETO	MEDIDA PROVISÓ- RIA	PARECER	RELATÓ- RIO
ALFREDO CAMPOS	-	-	-	-	-	1	-
DARIO PEREIRA	-	-	-	-	-	1	-

ESPERIDIÃO AMIN	-	-	-	-	-	1	-
MÁRCIO LACERDA	-	-	-	-	-	1	-

DEPUTADOS

ADYLSO MOTA	-	-	-	-	-	1	1
ALBERTO GOLDMAN	-	-	-	-	-	1	-
CARLOS KAYATH	-	-	-	-	-	1	-
CÉSAR BANDEIRA	-	-	-	-	-	1	-
CÉSAR SOUZA	1	-	-	-	-	-	-
CIRO NOGUEIRA	-	-	-	-	-	-	1
HAGAHÚS ARAÚJO	1	-	-	-	-	-	-
JAIRO CARNEIRO	-	-	-	-	-	1	-
NELSON JOBIM	-	-	-	-	-	2	-
RUBERVAL PILOTTO	-	-	-	-	-	1	-

Ie - QUINTA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 49ª LEGISLATURA

a) ATO CONVOCATÓRIO

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Inciso II do § 6º e § 7º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, e considerando o interesse público relevante, resolvem convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, no período de 16 a 24 de dezembro de 1992, para acompanhar, em plena atividade, os fatos políticos que ora se desenrolam e para deliberar sobre:

1. processo de "impeachment" contra o Senhor Presidente da República e demais matérias de competência privativa do Senado Federal, compreendidas no art. 52 da Constituição Federal;
2. matérias de que trata o art. 166 da Constituição Federal;
3. eleição do Conselho de Comunicação Social, criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991;
4. Medida Provisória nº 311, de 26 de novembro de 1992;
5. proposições de competência privativa da Câmara dos Deputados;
6. proposições de iniciativa parlamentar;
7. proposições de iniciativa do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Ministério Público;
8. Propostas de Emenda à Constituição;
9. trabalhos de Comissões Parlamentares de Inquérito em funcionamento.

Congresso Nacional, Brasília, em 15 de dezembro de 1992

Deputado IBSEN PINHEIRO
Presidente da Câmara dos Deputados

Senador MAURO BENEVIDES
Presidente do Senado Federal

b) INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

A sessão legislativa foi instalada no dia 16 de dezembro às 11 horas, sob a Presidência do Senador Mauro Benevides, sem maiores formalidades.

c) TRABALHOS REALIZADOS NO SENADO FEDERAL

c1 - Sessões Realizadas

Foram realizadas no Senado cinco sessões ordinárias e dezessete extraordinárias e, ainda, uma sessão funcionando o Senado como órgão judiciário.

c2 - Matérias Legislativas

1) Projetos de Lei da Câmara

Recebidos

SF	nº CD	Ementa	Resultado
140/92 (do Presidente da República)	2.146/92	Dispõe sobre a política nacional de salários e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.542, de 23.12.92
141/92 (do Presidente da República)	3.425/92	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.541, de 23.12.92, com ve- to parcial.
142/92 (do Presidente da República)	3.398/92	Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991.	À sanção Lei nº 8.619, de 5.1.93
143/92 (do Presidente da República)	3.104/92	Dispõe sobre a criação do Quadro de Pessoal da Fundação Universidade Federal do Amapá, e dá outras providências.	Tramitando
144/92 (do Presidente da República)	2.907/92	Extingue a fração do cruzeiro, denominada centavo, e dá outras providências.	Tramitando

SF	nº CD	Ementa	Resultado
145/92	3.355/92 (do Tribunal Superior do Trabalho)	Cria cargos em comissão na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, com sede em Brasília-DF, e dá outras providências.	Tramitando
146/92	3.354/92 (do Tribunal Superior do Trabalho)	Cria cargos em comissão na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª REgião, com sede em São Paulo-SP, e dá outras providências.	Tramitando
147/92	3.303/92 (do Superior Tribunal Militar)	Extingue a 1ª Auditoria de Aeronáutica da 1ª Circunscrição Judiciária Militar e a 3ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar; extingue cargo na carreira da Magistratura e dá outras providências.	Tramitando
148/92	3.397/92 (do Presidente da República) (Tramitação conjunta com o PLS/92)	Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, de 27 de julho de 1991, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.620, de 5.1.93
149/92	136/92 (Complementar)	Prorroga a Lei que estabelece normas sobre o cálculo, entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.	Tramitando
Apreciados			
69/92	2.204/91 (do Presidente da República)	Dispõe sobre a constituição e o regime tributário dos Fundos de Investimento Imobiliário e dá outras providências.	À Câmara

SF	nº CD	Ementa	Resultado
110/92	3.195/92	Dispõe sobre a cessão de servidores ou empregados da administração direta, indireta ou fundacional da União, eleitos diretores de entidades civis de caráter cooperativo, social ou esportivo, que congreguem os respectivos servidores e seus familiares a estas entidades.	À Câmara

2) Projetos de Lei do Senado

Apresentados

Nº	Autor	Ementa	Resultado
182/92	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o registro das entidades sindicais, e dá outras providências.	Tramitando
183/92	José Richa	Dispõe sobre o plebiscito que definirá a forma e o sistema de governo e regulamenta o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterado pela Emenda Constitucional nº 2.	Tramitando
184/92	Mauro Benevides	Dispõe sobre a aplicação de multas pela Justiça Eleitoral, dando nova redação ao art. 286 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.	Tramitando

Apreciados

252/91 (Vide PLS 243/91)	Marco Maciel	Dispõe sobre Sistemas de Partidos Políticos e dá outras providências.	Prejudicado.
-----------------------------	--------------	---	--------------

Nº	Autor	Ementa	Resultado
264/91	Ney Maranhão	Estabelece normas para o parcelamento dos débitos dos clubes de futebol para com a Seguridade Social e dá outras providências.	À Câmara
274/91	Esperidião Amin	Dispõe sobre o exercício da profissão de oceanógrafo e dá outras providências.	À Câmara
291/91	Fernando Henrique Cardoso (Vide PLS 243/91)	Regulamenta os §§ 2º e 3º do art. 17 da Constituição Federal, dispondo sobre o registro dos estatutos partidários no Tribunal Superior Eleitoral, os recursos do fundo partidário e o acesso gratuito aos meios de comunicação.	Prejudicado
304/91	Darcy Ribeiro	Dispõe sobre adição de substância atóxica, volátil e de odor adesivo ao benzeno, bolueno e xileno, seus derivados e compostos e dá outras providências.	À Câmara
69/92	Nelson Wedekin	Altera o art. 118, da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, acrescentando o § 2º, que dispõe sobre a faculdade do partido político celebrar acordos com as redes de rádio e televisão para a divulgação do horário eleitoral gratuito.	Prejudicado
79/92	Humberto Lucena	Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural realizadas com produtores rurais do semi-árido do Nordeste.	À Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
173/92	Álvaro Pacheco (Tramitação conjunta com o PLC 148/92)	Concede anistia aos pequenos devedores da Previdência Social com débitos anteriores a 1º de janeiro de 1989, sobretudo microempresas.	Prejudicado

**3) Projetos de Decreto Legislativo
Apresentados**

Nº	Autor	Ementa	Resultado
90/92	Mauro Benevides	Fixa, nos termos do disposto no art. 49, VIII, da Constituição Federal, para o exercício de 1993, a remuneração do Presidente e Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.	À Câmara Decreto Legislativo nº 92, de 23.12.92

Apreciados

2/86	97/85	Aprova o texto da Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares, concluída em Viena, na, a 21 de maio de 1963.	Decreto Legislativo nº 93, de 23.12.92
84/92	79/91	Aprova o texto do Tratado sobre Registro Internacional de Obras Audiovisuais, assinado pelo Brasil em 7 de dezembro de 1989, que resultou da Conferência Diplomática sobre o Registro Internacional de Obras Audiovisuais, realizado em Genebra, de 10 a 21 de abril de 1989.	Decreto Legislativo nº 94, de 23.12.92

Nº	Autor	Ementa	Resultado
85/92	104/91	Aprova o texto do Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, assinado em Brasília, em 7 de maio de 1991.	Decreto Legislativo nº 95, de 23.12.92
86/92	105/92	Aprova o texto do Tratado de Extradicação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, assinado em Brasília, em 7 de maio de 1991.	Decreto Legislativo nº 96, de 23.12.92
87/92	183/92	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e os Governos da República Argentina e da República do Chile para o Estabelecimento da Sede do Tribunal Arbitral na Cidade do Rio de Janeiro, nas dependências do Comitê Jurídico Interamericano, celebrado em Assunção, em 30 de outubro de 1991.	Decreto Legislativo nº 97, de 23.12.92

4) Projetos de Resolução

Apresentados

Nº	Autor	Ementa	Resultado
109/92	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e dá outras providências.	Tramitando
110/92	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e dá outras providências.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
111/92	Comissão Diretora	Transforma cargos efetivos, va- gos, no Quadro de Pessoal do Se- nado Federal, e dá outras provi- dências.	Tramitando
112/92	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administra- tivo do Senado Federal e dá ou- tras providências.	Tramitando
113/92	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administra- tivo do Senado Federal e rees- trutura a Subsecretaria Técnica de Eletrônica e o Serviço de Te- lecomunicações.	Tramitando
114/92	Comissão Diretora	Dispõe sobre a criação da Asses- soria Técnica de Planos, Orça- mentos Públicos e Fiscalização, altera o Regulamento Administra- tivo do Senado Federal, e dá ou- tras providências.	Tramitando
115/92	Comissão Diretora	Altera o Regulamento Administra- tivo do Senado Federal, trans- forma a Auditoria em Secretaria de Controle Interno, e dá outras providências.	Tramitando
116/92	Comissão de Assun- tos Eco- nômicos	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir LFT-MG, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 1º semestre de 1993.	Tramitando
117/92	Comissão de Assun- tos Eco- nômicos	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a emitir e colo- car no mercado, através de ofer- tas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo - LFTES, destinadas ao gi- ro de 88% das 1.369.082 LFTES, vencíveis no 1º semestre de 1993.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
118/92	Levi Dias (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul a contratar operação de crédito junto ao Banco de Crédito Nacional S.A., no valor de Cr\$ 81.647.000.000,00 (oitenta e um bilhões, seiscentos e quarenta e sete milhões de cruzeiros).	Resolução nº 90 de 18.12.92
119/92	Lourival Baptista (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar temporariamente o limite de endividamento, nos anos de 1996, 1997 e 1998, a fim de atender a emissão de 395.369.000.000 Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Sergipe (LFT-SE), cujos recursos serão destinados ao financiamento de obras de significação sócio-econômica para o Estado.	Resolução nº 92 de 21.12.92
120/92	Nelson Wedekin (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a elevar temporariamente, em caráter excepcional, o limite definido pelo item II do art. 3º da Resolução nº 36/92, do Senado Federal, a fim de viabilizar a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Rio de Janeiro, destinadas ao giro de 83% de 1.108.388.791 LFTRJ vencíveis no 1º semestre de 1993.	Resolução nº 95 de 23.12.92
121/92	Josaphat Marinho (Relator)	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a emitir 13.071.331.315 Letras Financeiras do Tesouro do Estado da Bahia - LFTBA.	Resolução nº 96 de 23.12.92
122/92	Valmir Campelo (Relator)	Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto à AGROINVEST - Empresa de Comércio Exterior e de Empreendimentos para a Exportação, estabelecida em Budapest, República da Hungria, no valor de até	Resolução nº 100 de 29.12.92

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		US\$ 2,130,840.00 (dois milhões, cento e trinta mil, oitocentos e quarenta dólares norte-americanos).	
123/92	Júlio Campos (Relator)	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a elevar, em caráter excepcional, o limite estabelecido pelo item II do art. 3º e § 1º do art. 8º, ambos da Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, com a finalidade de emitir e colocar no mercado Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Mato Grosso - LFTE-MT, destinadas ao giro de oitenta e oito por cento de 2.163.801.573 títulos de espécie, vencíveis no primeiro semestre de 1993.	Resolução nº 99 de 23.12.92
Apreciadas			
54/92	Lourival Baptista	Proíbe o uso do fumo e seus derivados no recinto do Plenário do Senado Federal.	Resolução nº 94 de 23.12.92
94/92	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a União a celebrar operações de crédito externo, visando ao reescalonamento e refinanciamento da dívida externa de médio e longo prazos junto a bancos comerciais, a conceder garantias, a assumir dívidas externas de entidades federais extintas e dissolvidas e dá outras providências. Com base no artigo 52, incisos V e VII, da Constituição Federal.	Resolução nº 98 de 23.12.92
106/92	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Angelina-SC, a contratar operação de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC e ao Banco Internacional para Recons-	Resolução Nº 93 de 23.12.92

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		trução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de Cr\$ 569.541.000,00 (quinhentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e um mil cruzeiros), destinada a implantação de obras de infraestrutura naquela municipalidade.	
107/92	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itajaí - SC, a contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado de Santa Catarina S/A - BADESC, no valor de Cr\$ 860.050.400,00, dentro do PROURB, para execução de projetos de infraestrutura urbana naquela municipalidade.	Resolução nº 97 de 23.12.92

5) Requerimentos

Apresentados

Nº	Autor	Assunto	Resultado
957/92	Marco Maciel	Transcrição nos Anais do artigo "ética e cassinos", de autoria de Dom Luciano Mendes de Almeida, publicado no jornal "Folha de São Paulo", de 12.12.	Aprovado
958/92	Júlio Campos	Pedido de informações ao Ministro da Aeronáutica.	Tramitando
959/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
960/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
961/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
962/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
963/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
964/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
965/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
966/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
967/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
968/92	Marco Maciel	Inclusão de Projeto em Ordem do Dia.	Tramitando
969/92	Onofre Quinan	Licença no dia 27 de outubro.	Aprovado
970/92	Humberto Lucena	Inclusão de Projeto em Ordem do Dia.	Aprovado
971/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
972/92	Albano Franco e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
973/92	Valmir Campelo	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
974/92	Levy Dias	Preferência para votação de Substitutivo.	Aprovado
975/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
976/92	Levy Dias e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
976A/92	Humberto Lucena e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
977/92	Affonso Camargo e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
978/92	Affonso Camargo e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
979/92	Esperidião Amin	Licença autorizada no dia 19.12, quando, a convite da Associação Comercial e Industrial de Lages - SC, proferiu palestra sobre a "Atual conjuntura nacional".	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
980/92	Júnia Marise	Licença autorizada nos dias 18, 19, 26 e 31/3; 09, 10, 14, 15, 22 a 24 e 27/4; 4 a 6, 12, 15, 21 e 25/5; 2 a 4, 11, 16, 17, 23, 29 e 30/6; 07, 14 a 16 e 23/7; 4 a 6, 13, 18, 27, 28 e 31/8/92.	Aprovado
981/92	Humberto Lucena	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
982/92	Humberto Lucena	Retirada de Emendas.	Aprovado
983/92	Eduardo Suplicy	Destaque para aprovação de Emendas.	Rejeitado
984/92	Eduardo Suplicy	Destaque para aprovação de Emendas.	Rejeitado
985/92	Eduardo Suplicy	Destaque para aprovação de Emendas.	Rejeitado
986/92	Eduardo Suplicy	Destaque para aprovação de Emendas.	Rejeitado
987/92	Eduardo Suplicy	Destaque para aprovação de Emendas.	Rejeitado
988/92	Eduardo Suplicy	Destaque para aprovação de Emendas.	Rejeitado
989/92	Pedro Teixeira	Retirada de Emendas.	Aprovado
990/92	José Fogaca	Preferência para votação de Substitutivo.	Aprovado
991/92	Epitácio Cafeteira	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
992/92	Epitácio Cafeteira	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
993/92	Júnia Marise	Licença autorizada nos dias 4, 7, 11, 14 e 18.12.92.	Aprovado
994/92	Álvaro Pacheco	Tramitação conjunta de Projetos.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
995/92	Albano Franco e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
996/92	Albano Franco e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
997/92	Albano Franco e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
998/92	Albano Franco e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
999/92	Iram Saraiva	Preferência para apreciação de Substitutivo.	Aprovado
1000/92	Júnia Marise	Dispensa de Interstício e prévia distribuição de avulsos.	Aprovado
1001/92	Albano Franco e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
1002/92	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
1003/92	Líderes	Extinção de urgência.	Prejudicado

Apreciados

Nº	Autor	Assunto	Resultado
862/92	Marco Maciel	Transcrição nos Anais do editorial do jornal "O Globo", edição de 26 de novembro, sob o título "Desafio de gerações".	Aprovado
610/92	Onofre Quinan	Inclusão de Projeto em Ordem do Dia.	Aprovado
895/92	Raimundo Lira	Audiência da CAE sobre projeto.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
919/92	Almir Gabriel	Inclusão em Ordem do Dia de Projeto.	Aprovado
920/92	Almir Gabriel	Inclusão em Ordem do Dia de Projeto.	Aprovado
921/92	Almir Gabriel	Inclusão em Ordem do Dia de Projeto.	Aprovado
938/92	Almir Gabriel	Inclusão de Projeto em Ordem do Dia.	Aprovado
941/92	Almir Gabriel	Inclusão de Projeto em Ordem do Dia.	Aprovado

c3 - Escolha de Autoridades

Mensagem		AUTORIDADE	CARGO	RESULTADO
Nº SF	Nº PR			
356/92	704/92	Lindolfo Leopoldo Collor	Embaixador do Brasil junto à República da Tunísia.	Apreciada
368/92	730/92	Dr. José Anselmo Figueiredo Santiago	Ministro do Superior Tribunal de Justiça.	Aprovada

c4 - Missão Autorizada

18.12 - Garibaldi Alves Filho - Integrante da Delegação do Brasil à Quadragésima Oitava Sessão da Assembleia-Geral da ONU, na qualidade de Observador Parlamentar designado pelo Presidente da República.

c5 - Comunicação de Ausência

17.12 - Eva Blay	-	de 24 de dezembro de 1992 a 5 de janeiro de 1993.
22.12 - Albano Franco	-	de 23 a 28.12, em breve viagem ao exterior (Itália/Inglaterra), em caráter particular.
Epitácio Cafeteira	-	de 22 a 29.12, em caráter particular.
Álvaro Pacheco	-	de 23.12.92 a 4.1.93, em breve viagem ao estrangeiro, em caráter particular.
23.12 - Luiz Alberto	-	de 30.12.92 à 11.1.93, quando viajará aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos de interesse particular.
Irapuan Costa Júnior	-	de 5 a 10.1.93, quando, atendendo delegação auferida pelo Senado, integrará a comitiva na solenidade de lançamento ao Satélite SCD-1, nos Estados Unidos da América.

c6 - Participação dos Senadores na Composição da Mesa em Plenário

Senadores	Presidência	Secretaria
Mauro Benevides	17	-
Aluizio Bezerra	-	1
Aureo Mello	-	4
Bello Parga	-	1
Beni Veras	2	1
César Dias	1	-
Dirceu Carneiro	-	4
Esperidião Amin	1	-
Garibaldi Alves Filho	-	2
Jonas Pinheiro	-	1
José Fogaca	-	1
Júnia Marise	-	1
Magno Bacelar	-	5
Márcio Lacerda	-	1
Nabor Júnior	2	2
Rachid Saldanha Derzi	6	1
Valmir Campelo	-	1

c7 - Participação nos Trabalhos

1) Apresentação de Matéria Legislativa

Senadores ou órgãos	PLS	PDL	PR	REQ	PARECER
Affonso Camargo	-	-	-	2	-
Albano Franco	-	-	-	1	-
Alfredo Campos	-	-	-	-	2
Áureo Mello	-	-	-	-	1
Comissão de Assuntos Econômicos	-	-	2	-	-
Dirceu Carneiro	-	-	-	-	8
Humberto Lucena	-	-	-	2	-
Iram Saraiva	-	-	-	-	1
Jarbas Passarinho	-	-	-	-	1
João Calmon	-	-	-	-	1
Jonas Pinheiro	-	-	-	-	2
Josaphat Marinho	-	-	1	-	1
José Fogaça	-	-	-	-	3
José Richa	1	-	-	-	-
Júlio Campos	-	-	-	1	1
Jutahy Magalhães	-	-	-	-	2
Lavoisier Maia	-	-	-	-	2
Levy Dias	-	-	1	2	3
Líderes	-	-	-	11	-
Lourival Baptista	-	-	1	-	1
Márcio Lacerda	-	-	-	-	4
Marco Maciel	-	-	-	2	-
Mário Covas	-	-	-	-	1
Marluce Pinto	-	-	-	-	1
Mauro Benevides	1	1	-	-	-
Nelson Carneiro	1	-	-	-	-
Nelson Wedekin	-	-	1	-	1
Onofre Quinan	-	-	-	1	-
Pedro Teixeira	-	-	-	-	1
Rachid Saldanha Derzi	-	-	-	-	8
Ronaldo Aragão	-	-	-	-	1
Ronan Tito	-	-	1	-	2
Teotônio Vilela Filho	-	-	-	-	1
Valmir Campelo	-	-	-	1	2

2) Pronunciamentos

Senadores	Discursos	Apartes	Discussão	Enc.	Q/Ordem	P/Ordem
Alfredo Campos	-	1	1	-	1	1
Aluizio Bezerra	1	1	-	-	-	-

Senadores	Discursos	Apartes	Discussão	Enc.	Q/Ordem	P/Ordem
Antônio Mariz	-	-	-	-	1	-
Amir Lando	-	1	-	-	-	1
Áureo Mello	1	-	-	-	-	1
Bello Parga	1	-	-	-	-	-
Carlos Patrocínio	-	-	-	-	-	1
Chagas Rodrigues	1	4	-	1	-	1
Cid Sabóia de Carvalho	3	-	1	-	-	1
Eduardo Suplicy	4	2	1	1	-	-
Élcio Álvares	-	1	-	-	-	-
Esperidião Amin	-	-	-	1	-	1
Garibaldi Alves Filho	-	1	-	-	-	-
Humberto Lucena	-	4	2	1	-	-
Jarbas Passarinho	2	2	-	1	-	1
Josaphat Marinho	-	3	-	-	-	1
José Fogaça	1	-	1	-	-	-
José Paulo Bisol	-	1	-	-	-	-
José Richa	-	1	-	-	-	-
Júlio Campos	1	-	-	-	-	-
Júnia Marise	3	1	-	-	-	-
Jutahy Magalhães	5	-	1	-	-	1
Lavoisier Maia	2	-	-	-	-	-
Levy Dias	-	1	1	-	-	-
Lourenberg Nunes Rocha	-	1	-	1	-	-
Lourival Baptista	2	1	-	-	-	-
Magno Bacelar	1	4	-	-	-	-
Márcio Lacerda	1	-	-	-	-	-
Marco Maciel	3	1	2	1	-	-
Mário Covas	1	-	-	-	1	1
Nabor Júnior	1	-	-	-	-	-
Nelson Carneiro	1	1	-	-	-	1
Nelson Wedekin	5	2	1	1	-	-
Odacir Soares	1	1	-	-	-	-
Pedro Simon	2	-	-	1	-	-
Pedro Teixeira	3	-	-	1	-	-
Ronaldo Aragão	-	1	-	-	-	-
Ronan Tito	3	1	-	-	-	1

d) TRABALHOS REALIZADOS PELO CONGRESSO NACIONAL
EM SESSÕES CONJUNTAS DAS DUAS CASAS

d1 - Sessões Realizadas

Realizaram-se 03 sessões conjuntas.

Sessão solene:

Data	Finalidade
16.12.92	- Instalação dos Trabalhos da 5a. Sessão Legislativa Extraordinária da 49a. Legislatura.

d2 - **MATÉRIAS LEGISLATIVAS**

1 - PROJETOS DE LEI

Nº	Mensagem	Ementa	Resultado
23/92	71/92-CN (493/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$. 400.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Retirado através da Mensagem nº 208/92-CN, em 17.12.92
28/92	76/92-CN (512/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$ 122.077.661.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.574, de 30.12.92
43/92	91/92-CN (536/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União créditos adicionais até o limite de Cr\$83.260.998.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.575, de 30.12.92
44/92	92/92-CN (541/92 na origem)	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1993.	Aprovado Lei nº 8.516, de 04/12/92

48/92	101/92-CN (563/92)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes e das Comunicações, crédito especial até o limite de Cr\$241.666.666.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.576, de 30.12.92
52/92	109/92-CN (605/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$580.000.000,00 para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.562, de 29.12.92
53/92	110/92-CN (606/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$..... 201.884.724.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.577, de 30.12.92
58/92	117/92-CN (632/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito adicional até o limite de Cr\$..... 596.224.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.578, de 30.12.92
61/92	120/92-CN (638/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União crédito suplementar no valor de Cr\$989.346.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.579, de 30.12.92
66/92	134/92-CN (687/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$523.764.005.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.563, de 29.12.92
68/92	136/92-CN (719/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$42.408.409.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.580, de 30.12.92
70/92	139/92-CN (729/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes e das Comunicações, crédito especial até o limite de Cr\$1.396.086.271.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.544, de 23.12.92
71/92	140/92-CN (741/92 na origem)	Autoriza ao Orçamento de Investimento, em favor de diversas empresas estatais, crédito especial no valor de Cr\$..... 646.959.006.000,00, para os fins que especifica.	Rejeitado em 17.12.92.

72/92	141/92-CN (742/92 na origem)	Abre ao Orçamento de Investimento, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor de Cr\$... 14.818.799.223.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.581, de 30.12.92
73/92	142/92-CN (743/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$ 102.812.318.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.545, de 28.12.92
75/92	144/92-CN (745/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.595.996.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.546, de 28.12.92
76/92	145/92-CN (748/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.006.424.491.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.564, de 29.12.92
78/92	147/92-CN (756/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.843.931.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.547, de 28.12.92
79/92	148/92-CN (757/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Justiça e do Ministério Público da União, créditos adicionais até o limite de Cr\$ 21.578.330.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.565, de 29.12.92
80/92	149/92-CN (758/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de Cr\$ 320.180.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.548, de 28.12.92
81/92	150/92-CN (759/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.299.380.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.537, de 17.12.92.

82/92 151/92-CN (760/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de Cr\$. 4.119.315.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.549, de 28.12.92
83/92 152/92-CN (761/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$. 8.192.071.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.550, de 28.12.92
84/92 153/92-CN (762/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$8.051.994.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.551, de 28.12.92
86/92 155/92-CN (764/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$5.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.566, de 29.12.92
87/92 156/92-CN (765/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$8.450.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.567, de 29.12.92
88/92 157/92-CN (766/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$468.906.331.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.568, de 29.12.92
89/92 158/92-CN (767/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito especial até o limite de Cr\$. 459.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.573, de 29.12.92
90/92 160/92-CN (774/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, créditos adicionais até o limite de Cr\$146.885.118.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.582, de 30.12.92

91/92 161/92-CN (794/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$165.861.588.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.583, de 30.12.92
92/92 162/92-CN (812/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Operações Oficiais de Crédito - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$..... 1.555.571.803.000,00, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento.	Aprovado Lei nº 8.569, de 29.12.92
93/92 163/92-CN (813/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União créditos adicionais até o limite de Cr\$20.520.186.706.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.570, de 29.12.92
94/92 164/92-CN (814/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de Cr\$..... 157.167.628.000,00, para os fins que que especifica.	Aprovado Lei nº 8.552, de 28.12.92
95/92 165/92-CN (815/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de Encargos Previdenciários da União, crédito suplementar no valor de Cr\$9.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.553, de 28.12.92
96/92 166/92-CN (816/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, créditos adicionais até o limite de Cr\$5.079.479.488.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.584, de 30.12.92
97/92 167/92-CN (817/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor de diversos órgãos, crédito suplementar no valor de Cr\$ 13.250.000.000,00, para os Cr\$5.079.479.488.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.585, de 30.12.92

98/92 168/92-CN (818/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$..... Cr\$18.866.975.306.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.586, de 30.12.92
99/92 169/92-CN (819/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$..... Cr\$20.700.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.587, de 30.12.92
100/92 170/92-CN (820/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União créditos adicionais até o limite de Cr\$..... Cr\$104.678.156.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.588, de 30.12.92
101/92 171/92-CN (821/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$..... 82.695.181.000,00, para reforço de dotação consignada no vigente orçamento.	Aprovado Lei nº 8.589, de 30.12.92
102/92 172/92-CN (822/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, créditos adicionais até o limite de Cr\$573.437.117.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.590, de 30.12.92
103/92 173/92-CN (825/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor de Encargos Previdenciários da União, crédito suplementar no valor de Cr\$3.247.519.769.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.554, de 28.12.92
104/92 174/92-CN (848/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$15.278.559.387.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.555, de 28.12.92
105/92 175/92-CN (849/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$..... 4.299.580.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.591, de 30.12.92

106/92 176/92-CN (850/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor de diversos órgãos, créditos adicionais até o limite de Cr\$396.540.887.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.556, de 28.12.92
107/92 177/92-CN (851/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$..... Cr\$33.614.186.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.592, de 30.12.92
108/92 178/92-CN (852/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor de Cr\$100.956.620.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.593, de 30.12.92
109/92 179/92-CN (853/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$33.604.970.000,00, para que especifica.	Aprovado Lei nº 8.594, de 30.12.92
110/92 180/92-CN (854/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor de Cr\$298.398.380.727.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 9.595, de 30.12.92
111/92 181/92-CN (855/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$..... 10.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.596, de 30.12.92
112/92 182/92-CN (856/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$29.288.116.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.597, de 30.12.92
113/92 183/92-CN (857/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, crédito suplementar no valor de Cr\$39.709.408.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.557, de 28.12.92
114/92 184/92-CN (858/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$..... 3.050.300.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.558, de 28.12.92

115/92 186/92-CN (871/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$. 63.475.484.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.598, de 30.12.92
116/92 187/92-CN (872/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$. 40.459.264.645.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.599, de 30.12.92
117/92 188/92-CN (873/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$. 4.540.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.600, de 30.12.92
118/92 189/92-CN (874/92 na origem)	Abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$. 10.703.015.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.601, de 30.12.92
119/92 190/92-CN (875/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios - Recursos sob Supervisão do Ministério de Minas e Energia crédito suplementar no valor de Cr\$145.257.261.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.602, de 30.12.92
120/92 191/92-CN (881/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de Cr\$. 2.767.200.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.603, de 30.12.92
121/92 192/92-CN (882/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos sob Supervisão do Instituto Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$ 689.736.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.604, de 30.12.92
122/92 193/92-CN (890/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$ 73.093.185.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.605, de 30.12.92

123/92 194/92-CN (891/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor da Presidência da República, créditos adicionais até o limite de Cr\$. 266.962.958.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.606, de 30.12.92
124/92 195/92-CN (892/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$. 50.000.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.607, de 30.12.92
125/92 196/92-CN (893/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Extinto Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$. 129.266.086.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.608, de 30.12.92
126/92 197/92-CN (894/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Extinto Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios - Recursos sob Supervisão do extinto Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, crédito suplementar no valor de Cr\$ 102.306.532.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.571, de 29.12.92
127/92 198/92-CN (895/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor de Cr\$ 153.305.335.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.572, de 29.12.92
128/92 199/92-CN (897/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do extinto Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.228.400.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.609, de 30.12.92
129/92 200/92-CN (898/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de Cr\$. 5.112.765.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.610, de 30.12.92

130/92 201/92-CN (899/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do extinto Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, créditos adicionais até o limite de Cr\$ 1.016.090.394.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.611, de 30.12.92
131/92 202/92-CN (901/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do extinto Ministério da Educação, crédito especial até o limite de Cr\$..... 6.325.562.000,00. para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.612, de 30.12.92
132/92 203/92-CN (902/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e do extinto Ministério do Trabalho e da Administração, créditos suplementares no valor de Cr\$ 295.650.000.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.613, de 30.12.92
133/92 204/92-CN (896/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do Ministério da Saúde, da Presidência da República - extinta Secretaria da Ciência e Tecnologia e do extinto Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$ 911.666.267.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.614, de 30.12.92
134/92 205/92-CN (900/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União, em favor do extinto Ministério da Educação, crédito suplementar no valor de Cr\$..... 1.861.069.000,00. para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.615, de 30.12.92
135/92 206/92-CN (903/92 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos da União crédito suplementar no valor de Cr\$..... 13.153.470.167.000,00, para os fins que especifica.	Aprovado Lei nº 8.563, de 18.12.92.
136/92 207/92-CN (912/92 na origem)	Autoriza a Execução, pelos órgãos do Poder Judiciário, do seu orçamento para 1993.	Aprovado Lei nº 8.616, de 30.12.92

SÚMULA

Total dos projetos de lei	75
- aprovados e encaminhados à sanção	72

- em tramitação	1
- rejeitado	1
- retirado	1

2 - REQUERIMENTOS

Nº	Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
277/92	17.12.92		Destaque	Deferido
278/92	17.12.92		Destaque	Deferido
279/92	17.12.92		Destaque	Deferido
280/92	17.12.92		Destaque	Deferido
281/92	17.12.92		Destaque	Deferido
282/92	17.12.92		Destaque	Deferido
283/92	17.12.92		Destaque	Deferido
284/92	17.12.92		Destaque	Deferido
285/92	17.12.92		Destaque	Deferido
286/92	17.12.92		Urgência	Aprovado
287/92	22.12.92		Destaque	Deferido
288/92	22.12.92		Destaque	Deferido
289/92	22.12.92		Destaque	Deferido
290/92	22.12.92		Destaque	Deferido
291/92	22.12.92		Destaque	Deferido
292/92	22.12.92		Destaque	Deferido
293/92	22.12.92		Destaque	Deferido
294/92	22.12.92		Destaque	Deferido

SÚMULA

Total de Requerimentos	18
- Aprovados	1
- Deferidos	17

d3 - PARTICIPAÇÃO DOS PARLAMENTARES NOS TRABALHOS DO CONGRESSO NACIONAL

1 - PARTICIPAÇÃO EM PLENÁRIO

<u>DEPUTADOS</u>	REQUE- RIMEN- TO	PROJETO RESOLU- ÇÃO	ENCAMI- NHAMENTO VOTAÇÃO	DISCUS- SÃO	APARTE	PRONUN- CIAMEN- TO	QUESTÃO DE ORDEM
ARNALDO FARIA DE SÁ	-	-	-	-	-	1	-
CÉLIO DE CASTRO	-	-	-	-	-	1	-
ELIAS MURAD	-	-	-	-	-	1	-

2 - PARTICIPAÇÃO NAS COMISSÕES

<u>SENADORES</u>	CMPOPF	CPMI	ESPECIAIS	VETO	MEDIDA PROVISÓ- RIA	PARECER	RELATÓ- RIO
RUY BACELAR	-	-	-	-	-	1	-

<u>DEPUTADOS</u>	CMPOPF	CPMI	ESPECIAIS	VETO	MEDIDA PROVISÓ- RIA	PARECER	RELATÓ- RIO
BASÍLIO VILANI	-	-	-	-	-	1	-
FLAVIO DERZI	-	-	-	-	-	1	-
OSVALDO COELHO	-	-	-	-	-	1	-

IF - SEXTA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 49ª LEGISLATURA

A sexta sessão legislativa extraordinária da 49ª Legislatura realizou-se no período de 25 a 31 de dezembro de 1992, para apreciação de matérias consideradas de interesse público relevante, conforme o seguinte:

a) ATO CONVOCATÓRIO

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do § 6º e 7º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, e considerando o interesse público relevante, resolvem convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, no período de 25 a 31 de dezembro de 1992, para deliberar sobre:

1. processo de "impeachment" contra o Senhor Presidente da República e
2. matérias de que trata o art. 166 da Constituição Federal.

Congresso Nacional, Brasília, em 22 de dezembro de 1992

Deputado **IBSEN PINHEIRO**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senador **MAURO BENEVIDES**
Presidente do Senado Federal

b) INSTALAÇÃO DA 6ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 49ª LEGISLATURA

A sessão foi solenemente instalada, em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, às 18:00 horas do dia 25 de dezembro de 1992, sob a direção do Presidente do Senado Federal, Senador Mauro Benevides.

C) TRABALHOS REALIZADOS NO SENADO FEDERAL

c1 - Sessões realizadas

Ordinárias - 1
Extraordinárias - 1

c2 - Matérias Legislativas

1) Projetos de Lei da Câmara

SF	Nº CD	Ementa
150/92	3.217/92	Proíbe a entrada e a navegação em embarcações com carga de plutônio ou resíduos radiativos no mar territorial e na zona econômica exclusiva brasileira.
151/92	3.669/89	Dispõe sobre a extinção da contribuição sindical a que se refere os arts. 578 a 591 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
152/92	567/91	Prorroga o prazo de vigência da Lei nº 8.199, de 1991.
153/92 (do Presidente da República)	3.465/92	Cria cargos na Carreira Policial Federal.
154/92 (do Presidente da República)	3.424/92	Concede anistia a dirigentes de representantes sindicais por motivação política.
155/92 (do Ministério Público)	3.420/92	Dispõe sobre a regulamentação da Carreira de Apoio-Técnico-Administrativo do Ministério Público da União - MPU, e dá outras providências.
156/92	1.670/89	Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.
157/92 (do Presidente da República)	3.423/92	Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Monetário Nacional.

2) Projeto de Decreto Legislativo

SF	Nº CD	Ementa
91/92	209/92	Aprova o texto do Acordo Constitutivo do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais, firmado em Montevideo, em 13 de maio de 1992.

3) Requerimento

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1004/92	Juvêncio Dias	Licença para se ausentar dos trabalhos para comparecer à solenidade de posse do Prefeito eleito de Belém, Pará, Dr. Hélio da Motta Gueiros, a realizar-se no dia 1º de janeiro de 1993.	Deferido

c3) Renúncia do Mandato

Amazonino Mendes - da Representação do Estado do Amazonas, a partir do dia 30.12.92, por ter sido eleito Prefeito de Manaus, AM, devendo tomar posse a 1º.1.93.

c4) Alteração na Representação Partidária

Epitácio Cafeteira - volta a integrar o Partido Democrata Cristão-PDC a partir de 29 de dezembro de 1992.

c5) Comunicações de Ausência do País

Albano Franco - de 30.12.92 a 10.1.93, a fim de manter encontros oficiais junto à Confederação da Indústria Britânica - CBI e Conselho do Patronato Francês - CNPF.

Eva Blay - de 31.12.92 a 11.1.93.

Esperidião Amin - de 2 a 14.1.93.

c6) Pronunciamentos

Senadores	Discursos	Apartes
Chagas Rodrigues	-	1
Eduardo Suplicy	1	2
Garibaldi Alves Filho	1	-
Humberto Lucena	-	1
Jarbas Passarinho	1	-
José Paulo Bisol	-	1
Jutahy Magalhães	1	-
Nelson Carneiro	-	1
Nelson Wedekin	1	-
Pedro Simon	-	1

c7) Processo de Impeachment do Presidente da República

O relatório correspondente à 2ª sessão legislativa ordinária da 49ª Legislatura registrou as diversas fases de tramitação no Senado do processo de impeachment movido ao Presidente da República, Fernando Affonso Collor de Mello, finalizando quando, a 15 de dezembro de 1992, foi o Congresso Nacional convocado extraordinariamente, para, no período de 16 a 24 do mesmo mês, dar prosseguimento à causa.

No dia 22 de dezembro, às nove horas, inicia-se, sob a presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Sydney Sanches, a sessão do Senado destinada ao julgamento do Presidente da República.

Estão presentes os acusadores bem como seus procuradores e ausentes o acusado e seus patronos.

O Presidente dá conhecimento ao Plenário de petição dos patronos do acusado declarando-se impedidos de comparecer à sessão em virtude de determinação expressa do acusado, conforme carta que instrui a petição e de cujo texto é dado conhecimento ao Plenário.

Nos termos da Lei nº 1079, de 1950 (art. 62) é nomeado defensor dativo o professor Inocêncio Mártires Coelho, a quem é dado o prazo para preparar a defesa até o dia 29 de dezembro às 9:00 horas, quando se reiniciará a sessão de julgamento.

Datado de 22 de dezembro, é baixado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados o ato convocatório do Congresso Nacional para, em sessão extraordinária, a se realizar no período de 25 a 31 do mesmo mês, deliberar sobre o processo de impeachment do Presidente da República.

Em procuração datada de 23 de dezembro, o Presidente da República nomeia e constitui seu procurador o advogado José Moura Rocha para sua defesa no processo de impeachment.

Em petição da mesma data, o advogado José Moura Rocha requer ao Presidente do processo sua habilitação à qualidade de advogado do requerente, o consequente afastamento do Defensor Dativo, e vista dos autos pelo prazo de 30 dias.

Em decisão fundamentada, o Presidente do processo, ouvidos os advogados dos denunciamentos, admite a habilitação do novo advogado, determinando, entretanto, permanência na sessão de julgamento do advogado dativo, mantendo para esta a data anteriormente marcada, isto é, dia 29 de dezembro de 1992, e indefere o pedido de vista dos autos por trinta dias, esclarecendo que ao novo advogado haviam sido fornecidas cópias dos autos no mesmo dia em que formulou o pedido de vista.

A sessão de julgamento, como convocada, realizou-se no Senado no dia 29 de dezembro com início às 9:00 horas.

Dispensada a leitura dos autos, o Presidente da Sessão, Ministro Sydney Sanches, esclarece o procedimento a ser nela adotado sendo, à vista do disposto no art. 455 do Código de Processo Penal, por motivo de saúde, dispensada a testemunha Thales Ramalho, sob protestos do advogado da defesa, ouvidas ambas as partes.

A inquirição da primeira testemunha, Francisco Roberto André Gros, é interrompida pelo advogado da defesa que passa a ler comunicado através do qual o Senhor Fernando Affonso Collor de Mello renuncia ao mandato de Presidente da República, concluindo por requerer a extinção do processo de impeachment pelas razões então aduzidas.

Em consequência da renúncia, foi a sessão suspensa às 9:43 horas e realizada às 11:30 horas do mesmo dia 29 sessão conjunta do Congresso Nacional para ser formalizada a declaração de vacância da Presidência da República, e às 12:30 horas, sessão solene destinada à posse do Senhor Itamar Augusto Cautiero Franco no cargo de Presidente da República.

A Sessão no Senado foi reaberta às 13:40 horas do mesmo dia, deliberando-se, preliminarmente, sobre o pedido de extinção do processo requerido pela defesa.

Após serem ouvidos os advogados da defesa e da acusação e discutida a matéria pelos Senadores, procedeu-se à votação que acusou o seguinte resultado: 71 Senadores votaram pela manutenção do processo a fim de se apreciar a questão relacionada com a sanção de inabilitação e 8 pela sua extinção.

Prosseguiu, portanto, a sessão de julgamento, com a inquirição das testemunhas, ouvidos os advogados da acusação e da defesa, inclusive o defensor dativo.

Ultimados os debates, as partes se retiraram do Plenário.

Encerrada a discussão por partes dos Senadores, e procedido pelo Presidente relatório resumido com os fundamentos da acusação e da defesa, foi o caso a julgamento que acusou o seguinte resultado: 76 Senadores votaram pela condenação e 3 pela absolvição, passando o Presidente a ler a sentença que constou da Resolução do Senado Federal nº 101, de 30.12.92, impondo ao senhor Fernando Affonso Collor de Mello a sanção de inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis e considerou prejudicado o pedido de aplicação da sanção de perda do cargo de Presidente da República, ficando encerrado o processo, levantando-se a sessão às 4 horas e 40 minutos do dia 30 de dezembro de 1992.

d) TRABALHOS REALIZADOS PELO CONGRESSO NACIONAL EM REUNIÃO CONJUNTA DE SUAS CASAS

di - Sessões realizadas

Realizaram-se 03 sessões conjuntas, sendo 02 solenes.

Data	Finalidade
25.12.92	Destinada à instalação dos trabalhos da 6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 49ª Legislatura. (Solene)
29.12.92	Destinada a comunicar a renúncia do Presidente afastado Fernando Affonso Collor de Mello.
29.12.92	Posse do Sr. Itamar Augusto Cautiero Franco, como Presidente da República. (Solene)

19 - SÉTIMA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 49ª LEGISLATURA

A sétima sessão legislativa extraordinária da 49ª legislatura realizou-se no período de 12 de janeiro a 10 de fevereiro de 1993, para apreciação de matérias consideradas de interesse público relevante, relacionadas nos Atos Convocatórios a seguir:

a) ATOS CONVOCATÓRIOS

a1 - do Presidente da República

Mensagem nº 19/93

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Com fundamento no art. 57, § 6º, inciso II, e § 7º, da Constituição Federal, convoco extraordinariamente o Congresso Nacional no período de 11 de janeiro a 10 de fevereiro do corrente ano, para deliberar sobre:

1 - propostas de Emenda à Constituição relativas ao ajuste fiscal;

2 - matérias de que trata o art. 166 da Constituição Federal;

3 - eleição do Conselho de Comunicação Social, criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991;

4 - proposições de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público;

5 - Projetos de Lei relativos a:

5.1. PLC 66/92 (PL 8/91) que, "Dispõe sobre a prestação de serviços de movimentação de mercadorias, armazenagem, transporte, vigilância portuária e demais serviços correlatos ou afins nos portos, a construção e exploração de instalações portuárias, a estruturação de tarifas portuárias, e dá outras providências";

5.2. PLC 59/92 (PL 1.491/91) que, "Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências";

5.3. PLS 179/90 (PL 202/91) que, "Dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, previsto no art. 175 da Constituição, e regula a concessão de obra pública";

5.4. PLS 183/92, que, "Dispõe sobre o plebiscito que definirá a forma e o sistema de governo e regulamenta o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterado pela Emenda Constitucional nº 2";

5.4.1. PL 3.387/92, que "Estabelece regras para a realização da consulta plebiscitária sobre formas e sistemas de governo em 21 de abril de 1993";

5.5. PLP 112/92, que "Dispõe sobre o procedimento judicial da desapropriação, por interesse social, para fins de reforma agrária";

5.6. MSG nº 938/92, que "Dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos Servidores Público Federais e dá outras providências";

5.7. Projeto de lei que "Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências";

5.8. Substituto Processual, na Justiça do Trabalho;

5.9. MSG nº 6/93, que "Dispõe sobre a composição e a estrutura do Conselho Nacional de Informática e Automação - CONIN e dá outras providências";

5.10. Comissão de Desestatização;

5.11. PLS 264/91, que "Estabelece normas para o parcelamento dos débitos dos clubes de futebol para com a Seguridade Social e dá outras providências";

5.12. PLC 58/91 (PLP 73/91), que "Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências";

5.13. PLC 11/91 (PLP 69/89), que "Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União;

5.14. PL nº 2.460/91 (Diogo Nomura), que dá nova redação ao art. 206 do Dec. Lei nº 2.848, de 7.12.40 - Código Penal.

5.15. Projeto de lei que estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em substituição à Lei nº 8.388, de 30.11.91.

Brasília, 7 de janeiro de 1993.

Itamar Franco

a2 - dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do § 6º e § 7º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, e considerando o interesse público relevante, resolvem convocar extraordinariamente o Congresso Nacional, no período de 12 de janeiro a 10 de fevereiro de 1993, para deliberar sobre:

1. escolha de autoridades;
2. matérias a que se refere o art. 52, incisos V a IX, da Constituição Federal;
3. Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 1992-Complementar (nº 136/92-Complementar, na Casa de origem), que prorroga a lei que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação, e dá outras providências; e
4. Projeto de Lei nº 1.258/88, que fixa diretrizes e bases da Educação Nacional.

Congresso Nacional, Brasília, em 12 de janeiro de 1993.

Deputado **IBSEN PINHEIRO**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senador **MAURO BENEVIDES**
Presidente do Senado Federal

a3) Aditamento ao Ato Convocatório dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do § 6º e § 7º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, resolvem ADITAR à pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional para o período de 12 de janeiro a 10 de fevereiro de 1993, o seguinte:

1. Projeto de Lei nº 11, de 1991, (nº 65/92, no Senado Federal), que "dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no capítulo III, título VII, da Constituição Federal";
2. Projeto de Lei nº 965, de 1991, do Poder Executivo, que "institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências";
3. Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1989 (nº 4.573

de 1990, na Câmara dos Deputados), que "regula as atividades, disciplina a responsabilidade civil e criminal dos notários, oficiais de registro e seus prepostos e define a fiscalização de seus atos de ofício pelo Poder Judiciário";

4. Projeto de Lei do Senado nº 259, de 1991 (nº 2.766, de 1992, na Câmara dos Deputados), que "determina a indisponibilidade de bens da vítima de seqüestro e de extorsão mediante seqüestro, os de seu cônjuge e de seus parentes, e dá outras providências";

5. Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1991 (PL nº 60/89, na Casa de origem), que "disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal";

6. Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 1992 (PL nº 1.670/92, na Casa de origem), que "dispõe sobre Partidos Políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal";

7. Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 1992 (PL nº 3.423/92, na Casa de origem), do Poder Executivo, que "dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Monetário Nacional";

8. Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 1992 (PL nº 3.424/92, na Casa de origem), do Poder Executivo, que "concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais por motivação política";

9. Projeto de Lei nº 515, de 1991 (PLC nº 83/92, no Senado Federal), do Poder Executivo, que "dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, e dá outras providências";

10. Regulamentação do disposto no art. 40, § 2º, da Constituição Federal;

11. Matérias compreendidas no art. 52 da Constituição Federal;

12. Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1992, que "altera os arts. 52, III, 119, 120 e 128, suprime o § 2º, do art. 121, da Constituição Federal, e adita dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias";

13. Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1992 (nº 4.621/90, na Casa de origem), do Presidente da República, que "dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas Federais, e dá outras providências";

14. Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1992-Complementar (nº 71/89-Complementar, na Casa de origem), que "dispõe sobre o processo judicial de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária";

15 Projeto de Leido Senado nº 105, de 1992, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências";

16. Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1992 (nº 813/88, na Casa de origem), que "dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências";

17. Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1992 (nº 3.104/92, na Casa de origem), do Presidente da República, que "dispõe sobre a criação do Quadro de Pessoal da Fundação Universidade Federal do Amapá, e dá outras providências";

18. Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 1992 (nº 3.465/92, na Casa de origem), do Presidente da República, que "cria cargos na Carreira Policial Federal";

19. Projeto de Lei da Câmara nº 1.706, de 1989, que "dispõe sobre as sociedades cooperativas".

Congresso Nacional, em 25 de janeiro de 1993.

Deputado **IBSEN PINHEIRO**
Presidente da Câmara dos Deputados

Senador **MAURO BENEVIDES**
Presidente do Senado Federal

b) INSTALAÇÃO DA 7ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 49ª LEGISLATURA

A sessão legislativa foi solenemente instalada, em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, às quinze horas do dia 11 de janeiro de 1993, sob a direção do Presidente do Senado Federal, Senador Mauro Benevides.

c) TRABALHOS REALIZADOS NO SENADO FEDERAL

c1 - Sessões realizadas

Ordinárias	-	20
Extraordinárias	-	19
Reunião	-	1

c2 - Matérias Legislativas

1) Propostas de Emenda à Constituição

Nº	Autoria	Ementa	Resultado
1/93	Valmir Campelo e outros Senadores	Modifica o prazo de revisão constitucional previsto no art 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Tramitando
2/93	Câmara dos Deputados (nº 48/91)	Altera dispositivos da Constituição Federal (Sistema Tributário Nacional).	Tramitando

2) Projetos de Lei da Câmara

Recebidos

SF	Nº CD	EMENTA	RESULTADO
1/93 (Tramitação conjunta com o PLS 183/92)	3.387/92	Dispõe sobre o plebiscito que definirá a forma e o sistema de governo e regulamenta o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	À sanção Lei nº 8.624, de 4.2.93 com veto parcial
2/93 (do Presidente da República)	3.496/93	Dispõe sobre a revisão geral da remuneração dos servidores públicos civis e militares do Poder Executivo Federal e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.622, de 19.1.93
3/93 (do Presidente da República)	965/91	Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências.	Tramitando
4/93 (do Superior Tribunal de Justiça)	2.483/92	Dispõe sobre o remanejamento de cargos criados pela Lei nº 7.178, de 19.12.83, para o Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria do Conselho da Justiça Federal.	Tramitando
5/93 (do Presidente da República)	3.520/93	Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão sem	Tramitando

SF	Nº CD	EMENTA	RESULTADO
		vínculo efetivo com a Administração Pública Federal, ao Regime Geral de Previdência Social, e dá outras providências.	
6/93	3.519/92	Estabelece normas complementares para a realização do plebiscito que definirá a forma e o sistema de governo.	Tramitando
7/93 (do Ministério Público da União)	3.067/92	Cria cargos de Procurador do Trabalho de 2ª Categoria e dá outras providências.	Tramitando
8/93 (do Presidente da República)	3.497/93	Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.631, de 4.3.93 com veto parcial
Apreciados			
127/90 (do Presidente da República) (tramitação conjunta com o PLC 66/92)	3.654/89	Dá nova redação ao art. 1º do Decreto-lei nº 6.460, de 22 de maio de 1984, que regula a construção e a exploração de instalações portuárias rudimentares.	Prejudicado
50/92 (do Presidente da República)	4.621/90	Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas Federais e dá outras providências.	À Câmara
59/92 (ver PLS 136/91)	1.491/91	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	À Câmara

SF	Nº	CD	EMENTA	RESULTADO
66/92	8/91		Dispõe sobre o regime jurídico da exploração das partes organizadas e das instalações portuárias e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 8.630, de 20.2.92 com veto parcial
83/92	515/91		Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 8.630, de 18.2.92
143/92	3.104/92		Dispõe sobre a criação do Quadro de Pessoal da Fundação Universidade Federal do Amapá, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.636, de 17.2.92
149/92	136/92		Prorroga a Lei que estabelece normas sobre o cálculo, entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências.	À Câmara Lei Complementar nº 72, de 29.1.92
154/92	3.424/92		Concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais por motivação política.	À sanção Lei nº 8.632, de 4.2.92, com veto parcial
155/92	3.420/92		Dispõe sobre a regulamentação da Carreira de Apoio-Técnico Administrativo do Ministério Público da União - MPU, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 8.630, de 19.2.92
157/92	3.423/92		Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Monetário Nacional.	À Câmara

**3) Projetos de Lei do Senado
Recebidos**

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/93	Alvaro Pacheco	Concede anistia aos pequenos devedores da Previdência	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		cia Social com débitos anteriores a 1º de janeiro de 1989, sobretudo microempresas.	
2/93	Nelson Wedekin	Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportações - ZPE, no Município de Imbituba, SC.	Tramitando
3/93	Ney Guassuma	Dispõe sobre a transferência de preços entre os Estados da Federação e o Distrito Federal e dá outras providências.	Tramitando
4/93	Ney Guassuma	Dispõe sobre o repasse de verbas do Governo Federal para a construção de unidades penitenciárias nos Estados da Federação e Distrito Federal e dá outras providências.	Tramitando
5/93	Dario Pereira	Dispõe sobre a doação, a estabelecimentos públicos de ensino, de mercadorias apreendidas por contrabando ou descaminho.	Tramitando
6/93	Alvaro Pacheco	Dispõe sobre a revogação do inciso III, do art. 1º, da Lei nº 8.034, de 12.4.90, no que se refere à suspensão dos benefícios fiscais para pessoas jurídicas, previstos na Lei nº 7.500, de 2.7.86 e da Lei nº 8.312, de 23.12.91, e re-strictiva os efeitos jurídicos da Lei nº 7.500, de 2.7.86.	Tramitando

Nº	Autor	Ementa	Resultado
7/93	Hydekel Freitas	Obriga os bancos e caixas econômicas oficiais a abrirem contas de cadernetas de poupança sem a exigência de limites mínimos de depósitos e dá outras providências.	Tramitando
8/93	Hydekel Freitas	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar o pagamento antecipado aos Trabalhadores que recebem até três salários mínimos, e dá outras providências.	Tramitando

Apreciado

183/92 (Tramitação conjunta com o PLC 1/93)	José Richa	Dispõe sobre o plebiscito que definirá a forma e o sistema de governo e regulamenta o art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterado pela Emenda Constitucional nº 2.	Prejudicado
--	------------	--	-------------

Emendados pela Câmara dos Deputados

SF	Nº CD	Autor	Ementa	Resultado
264/91	3.490/93	Ney Maranhão	Estabelece normas para o parcelamento dos débitos dos clubes de futebol para com a Seguridade Social e dá outras providências.	Tramitando

4) Projetos de Decreto Legislativo

Recebidos

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
1/93	232/93	Aprova a indicação dos nomes de membros titulares e suplentes que integrarão a Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização.	Decreto Legislativo nº 1, de 11.2.93

5) Projetos de Resolução

Recebidos

Nº	Autor	Ementa	Resultado
1/93	Júnia Marise (Relatora)	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor total equivalente a até US\$ 145,000,000.00, destinada ao financiamento do Programa de Saneamento Ambiental dos Ribeirões Arrudas e Onça na Região Metropolitana de Belo Horizonte - MG.	Resolução nº 2, de 13.1.93
2/93	Levy Dias (Relator)	Autoriza a elevação temporária do limite de endividamento do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul para relizar operação de crédito junto ao Banco Comercial Bancesa S/A, no valor de Cr\$	Resolução nº 3, de 19.1.93

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		93.299.341.560,27, destinada ao refinanciamento de dívidas resultantes de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.	
3/93	Lucídio Portella (Relator)	Autoriza a Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRÁS, a elevar temporariamente seus limites de endividamento, a fim de viabilizar operação de emissão de debêntures não conversíveis em ações, sem garantia da União, no valor de Cr\$ 518.460.000.000,00 (quinhentos e dezoito bilhões, quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros), à data-base de 1º de setembro de 1992.	Resolução nº 9, de 28.1.93
4/93	Jarbas Passari- nho (Relator)	Autoriza o Governo do Estado do Pará a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 49.390.000.000,00 (quarenta e nove bilhões, trezentos e noventa milhões de cruzeiros), equivalentes a 1.599.000 UPF em agosto de 1992, junto à Caixa Econômica Federal - CEF.	Resolução nº 8, de 28.1.93
5/93	Francisco Rol- lemberg (Relator)	Retifica a Resolução nº 92, de de 1992, do Senado Federal que autorizou o Governo do Estado de Sergipe a emitir 395.369.000.000 Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Sergipe - LFT-SE	Resolução nº 7, de 28.1.93

Nº	Autor	Ementa	Resultado
6/93	Esperidião Amin (Relator)	Exclui do disposto no art. 4º, § único, da Resolução nº 82/90, os contratos a serem celebrados para a reestruturação da dívida externa do Setor Público junto aos governos dos países credores e suas respectivas agências de crédito, e dá outras providências.	Resolução nº 6, de 27.1.93
7/93	Comissão Dire- tora	Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal e dá outras providências.	Tramitando
8/93	Marco Maciel (Relator)	Autoriza a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASP a ampliar os limites fixados no art. 7º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, com vistas a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de US\$... 7,945,277.00 (sete milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e sete dólares norte-americanos, junto à Empresa Húngara de Comércio Exterior e de Empreendimento para Exportação-Agroinvest.	Resolução nº 11 de 5.2.93
9/93	Esperidião Amin (Relator)	Autoriza a Prefeitura Municipal de Blumenau - SC a contratar operação de crédito no valor de Cr\$.. 5.131.000.000,00 (cinco bilhões, cento e trinta e um milhões de cruzeiros), a preços de agosto de 1992, junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de	Resolução nº 12 de 11.2.93

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		Santa Catarina - BADESC, dentro do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano dos Municípios de Pequeno Porte do Estado de Santa Catarina - PROURB.	
		Apreciadas	
105/92	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa-MG, a contratar operação de crédito junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A - BDMG, no valor de Cr\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de cruzeiros).	Resolução nº 10 de 28.1.93
108/92	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP, destinadas ao giro de 83% das 132.099.676 LFTP, vencíveis no primeiro semestre de 1993.	Resolução nº 5 de 27.1.93
116/92	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir LFT-MG, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no 1º semestre de 1993.	Resolução nº 1 de 13.1.93
117/92	Comissão de Assuntos Econômicos	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a emitir e colocar no mercado, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Espírito Santo - LFTES,	Resolução nº 4 de 20.1.93

Nº	Autor	Ementa	Resultado
----	-------	--------	-----------

destinadas ao giro de 88% das 1.369.082.415 LFTES, vencíveis no 1º semestre de 1993.

6) Requerimentos

Recebidos

Nº	Autor	Assunto	Resultado
*1/93	Lourival Baptista	Autorização para aceitar missão do Executivo, a fim de participar, no período de 2 a 20.1, das solenidades de posse do Presidente de Gana, em Acra, representando, naquela ocasião, os Presidentes da República e do Senado Federal.	Deferido (R.I. art. 41)
2/93	Marco Maciel	Transcrição nos Anais do editorial "Manobra Perigosa", do Jornal do Brasil, edição de 8 de janeiro.	Tramitando
3/93	Guilherme Palmeira	Transcrição nos Anais do editorial "Por que o Parlamentarismo" da Folha de São Paulo, edição de 10 de janeiro.	Tramitando
4/93	Antônio Mariz	Licença para tratamento da saúde, a partir de 12 de janeiro, por período de 130 dias.	Aprovado
5/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
6/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado

(*Apresentado durante o recesso ocorrido no período de 1º a 10.1.93.

Nº	Autor	Assunto	Resultado
7/93	Nelson Carneiro	Transcrição nos Anais do artigo "Um problema brasileiro a ser revisto", de autoria de Dr. Nilo Romero.	Tramitando
8/93	Nelson Carneiro	Transcrição nos Anais do editorial "Pena Capital", do jornal "A Tarde", edição de 12 de janeiro.	Tramitando
9/93	Líderes	Urgência (art. 336, "e").	Prejudicado
10/93	Líderes	Urgência (art. 336, "e").	Prejudicado
11/93	Affonso Camargo e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
12/93	Affonso Camargo e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
13/93	Líderes	Urgência (art. 336, "e").	Aprovado
14/93	Affonso Camargo e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
15/93	Nelson Carneiro	Transcrição nos Anais do discurso pronunciado pelo Vice-Presidente da Câmara dos Senadores da Argentina, Senador Luis León e ex-Presidente do Parlamento Latino-Americano, na sessão de 28.10.92, homenagem de a memória de Ulisses Guimarães.	Tramitando
16/93	Belle Farga	Votação em separado de emenda.	Aprovado
17/93	Belle Farga	Votação em separado de emenda.	Aprovado

№	Autor	Assunto	Resultado
18/93	Bello Parga	Votação em separado de emenda.	Aprovado
19/93	Bello Parga	Votação em separado de emenda.	Aprovado
20/93	José Richa	Tramitação conjunta de projetos.	Aprovado
21/93	José Richa	Transcrição nos Anais do editorial "Por que Parlamentarismo" da Folha de São Paulo edição de 10 de janeiro.	Tramitando
22/93	Francisco Reil- lenders	Transcrição nos Anais do editorial "à sombra do plebiscito", do Jornal de Brasil, edição de 14 de janeiro.	Tramitando
23/93	Líderes	Urgência (art. 336, "e").	Aprovado
24/93	Affonso Camargo e outros Sena- dores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
25/93	Líderes	Urgência (art. 336, "e").	Aprovado
26/93	Líderes	Urgência (art. 336, "e").	Aprovado
27/93	Líderes	Extinção de urgência (art. 336, "b").	Retirado
28/93	Old Sabóia de Carvalho	Inversão da Ordem de Dia.	Aprovado
29/93	Pedro Simen	Inversão da Ordem de Dia.	Aprovado
30/93	Old Sabóia de Carvalho	Preferência para votação de Substitutivo.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
31/93	Amir Lando	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
32/93	Amir Lando	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
33/93	Amir Lando	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
34/93	Amir Lando	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
35/93	Amir Lando	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
36/93	Eduardo Suplicy	Preferência para votação de Substitutivo.	Rejeitado
37/93	Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado de emenda.	Prejudicado
38/93	Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado de emenda.	Prejudicado
39/93	Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado de emenda.	Prejudicado
40/93	Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado de emenda.	Prejudicado
41/93	Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado de emenda.	Prejudicado
42/93	Eduardo Suplicy	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
43/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
44/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
45/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
46/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
47/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
48/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
49/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
50/93	Élcio Alvares	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
51/93	Eduardo Suplicy	Pedido de informações ao Ministro das Comunicações.	Aprovado
52/93	Marco Maciel	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
53/93	Marco Maciel	Destaque para votação em separado de emenda.	Prejudicado
54/93	Marco Maciel	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
55/93	Marco Maciel	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
56/93	Marco Maciel	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
57/93	Marco Maciel	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
58/93	Marco Maciel	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
59/93	Nelson Wedekin	Destaque para votação em separado de emenda.	Prejudicado
60/93	Marco Maciel	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
61/93	Marco Maciel	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
62/93	Nelson Wedekin	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
63/93	Marco Maciel	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
64/93	Nelson Wedekin	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
65/93	Marco Maciel	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
66/93	Nelson Wedekin	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
67/93	Nelson Wedekin	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
68/93	Marco Maciel	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
69/93	Marco Maciel	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
70/93	Marco Maciel	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
71/93	José Fogaça	Votação nominal de emendas.	Aprovado
72/93	Nelson Wedekin	Torna sem efeito o Req. 71.	Aprovado
73/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
74/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
75/93	Afonso Camargo e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
76/93	Pedro Simon	Votação em separado de emenda.	Aprovado
77/93	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Aprovado
78/93	Áureo Mello	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador José Bernardino Lindoso.	Aprovado
79/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
80/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
81/93	Jutahy Magalhães	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
82/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
83/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
84/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
85/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
86/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
87/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
88/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
89/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
90/93	Júlio Campos	Destaque para votação em separado de emenda.	Aprovado
91/93	Rachid Saldanha Derzi	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
92/93	Élcio Álvares	Retirada do Req. nº 27/93.	Deferido
93/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Prejudicado
94/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Prejudicado
95/93	Lucídio Portella	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
96/93	Lucídio Portella	Dispensa de publicação de redação final.	Aprovado
97/93	Gilberto Miranda	Pedido de informações ao Ministro da Fazenda.	Tramitando

Nº	Autor	Assunto	Resultado
98/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
99/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
100/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
101/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
102/93	Jarbas Passarinho	Dispensa de interstício.	Aprovado
103/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
104/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
105/93	Nelson Wedekin	Pedido de informações ao Tribunal de Contas da União.	Tramitando
106/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
107/93	Líderes	Extinção de urgência.	Aprovado
108/93	Líderes	Solicita que a eleição para preenchimento dos cargos de Vice-Presidentes e de Secretários da Mesa do Senado Federal seja feita em um único escrutínio.	Aprovado
109/93	Marco Maciel	Transcrição nos Anais do discurso proferido pelo Senador Nelson Carneiro na cerimônia de aposição de seu retrato na Galeria dos ex-Presidentes do Senado Federal, realizada em 1º de fevereiro de 1993, às 18 horas, no Salão Nobre do Senado Federal.	Tramitando

Nº	Autor	Assunto	Resultado
110/93	Líderes	Extinção de urgência.	Aprovado
111/93	Líderes	Extinção de urgência.	Aprovado
112/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
113/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
114/93	Nabor Júnior	Adiamento da votação para re-exame de projeto pela Comissão de Educação.	Aprovado
115/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
116/93	César Dias	Adiamento da votação para re-exame de projeto pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Aprovado
117/93	Nelson Wedekin	Retirada do Projeto de Lei do Senado nº 164/91.	Tramitando
118/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
119/93	Moisés Abrão	Homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Senador João Abrahão, do Estado de Goiás.	Aprovado
120/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
121/93	Pedro Simon e outros Senadores	Constituição de Comissão Especial para analisar a programação de rádio e televisão no País.	Tramitando
122/93	Líderes	Dispensa de interstício para inclusão de matéria em Ordem do Dia.	Prejudicado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
123/93	Mauro Benevides	Dispensa de interstício para inclusão de matéria em Ordem do Dia.	Prejudicado
124/93	Líderes	Urgência (art. 336, "c").	Aprovado
125/93	João Calmon	Preferência para votação de Substitutivo.	Aprovado
126/93	Affonso Camargo e outros senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
127/93	João Rocha	Retirada de emenda.	Aprovado
128/93	Bello Parga	Inversão da Ordem do Dia.	Aprovado
129/93	Josaphat Marinho	Votação pelo processo nominal.	Aprovado
130/93	Albano Franco e outros Senadores	Urgência (art. 336, "b").	Aprovado
Apreciados			
868/92	Marco Maciel	Destaque para rejeição de inciso e parágrafo de Substitutivo.	Aprovado
902/92	Nelson Wedekin	Pedido de informações ao Ministro da Educação e Desportos.	Aprovado
958/92	Júlio Campos	Pedido de informações ao Ministro da Aeronáutica.	Aprovado

c3) Escolha de Autoridades

Mensagem Nº SF	Nº CD	Nome	Função	Resultado
86/93	16/93	Antônio Joaquim Soares Moreira	Ministro do Superior Tribunal Militar.	Aprovada em 27.1.93
93/93	36/93	Carlos Luiz Coutinho Peres	Embaixador do Brasil junto à República do Peru.	Tramitando
95/93	35/93	Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro	Embaixador do Brasil junto à República da Venezuela.	Tramitando
103/93	59/93	Paulo Cardoso de Oliveira pires do Rio	Embaixador do Brasil no Japão.	Tramitando
109/93	68/93	Sérgio de Queiroz Duarte	Embaixador do Brasil no Canadá.	Tramitando

c4) Comparecimento de Ministro

- 3.2 - Às 17 horas na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Ministro das Minas e Energia, Dr. Paulino Cícero, para debater com os líderes e parlamentares sobre projeto de lei que diz respeito às normas do consumo de energia elétrica.

c5) Comissões Permanentes

Alterações ocorridas

- 13.1.93 - Substituição do Senador Antônio Mariz pelo Senador Ney Suassuma nas seguintes Comissões:
- de Constituição, Justiça e Cidadania, e Assuntos Sociais, como Titular;
 - de Assuntos Econômicos, e Relações Exteriores e Defesa Nacional, como Suplente.

c6) Lideranças

Alterações ocorridas

- PDC - Líder a partir de 1º de fevereiro - Senador Eptácio Cafeteira.
- PDT - Líder a partir de 10 de fevereiro - Senador Magno Bacelar.

c7) Alteração na Representação

Suplente em exercício do mandato

- 12.1 - Comunicação da Presidência - investido no mandato de Senador, em caráter definitivo, no dia 31.12.92, o Senhor Gilberto Miranda Batista, do Estado do Amazonas, em virtude da renúncia do Sen. Amazonino Mendes - nome parlamentar: Gilberto Miranda - Filiação: PMDB.
- 13.1 - Toma posse o Sr. Ney Robinson Suassuma - Suplente do Senador Antônio Mariz, da representação do Estado da Paraíba. Nome Parlamentar: Ney Suassuma - Filiação: PMDB.

c8) Missões

a) do Senado

- 19.1 - Designado o Senador Magno Bacelar para representar o Senado Federal na II Reunião da Comissão Interparlamentar Latino-Americana de Direitos Humanos, realizada em Santiago do Chile, no período de 15 a 17 de janeiro.
- Designado o Senador Dario Pereira para representar o Senado Federal nas reuniões da Junta Diretiva e da Comissão de Assuntos Políticos do Parlatino, a realizar-se na cidade do México, no período de 27 a 30 de janeiro.
- 8.2 - Designados os Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Irapuan Costa Júnior, Jonas Pinheiro, Júnia Marise, Lavoisier Maia, Valmir Campelo e Amir Lando para integrarem Comitativa Parlamentar que viajará à Rússia, em missão oficial do Senado, no período de 6 a 14 de fevereiro.

- 10.2 - Designada a Senadora Eva Blay para representar o Senado nas reuniões a serem realizadas pela Associação Internacional de Sociologia, em Costa Rica, de 18 a 27 de fevereiro.

b) do Executivo

- 12.1 - Mensagem do Presidente da República comunicando a designação do Senador Lourival Baptista para integrar missão especial brasileira, na qualidade de observador parlamentar, às cerimônias de posse do Presidente da República de Gana, a realizar-se dia 7 de janeiro.

c9) Comunicação de Ausência do País

- 3.2 - Valmir Campelo - de 6 a 14.2 - integrando Delegação do Congresso Nacional em missão oficial do Senado que irá à Rússia.
- 3.2 - Cid Sabóia de Carvalho, Jonas Pinheiro, Lavoisier Maia e Irapuan Costa Júnior - de 6 a 14.2, integrando Delegação do Congresso Nacional que irá à Rússia em missão oficial do Senado.
- 4.2 - Júnia Marise - de 6 a 14.2, integrando Delegação do Congresso Nacional que irá à Rússia em missão oficial do Senado.
- 5.2 - de 6 a 14.2, integrando Delegação do Congresso Nacional que irá à Rússia em missão oficial do Senado.
- 5.2 - João Rocha - de 15 a 26.2 - caráter particular.
- 10.2 - Esperidião Amin - de 10 a 21.2 - caráter particular.
- 10.2 - Eva Blay - de 18 a 27.2 - em cumprimento de missão do Senado em Costa Rica.

**ci0) Participação dos Senadores
nos Trabalhos**

1. Proposições Apresentadas

Senadores	PLS	PR	REQ	PARECERES
Affonso Camargo	-	-	7	3
Albano Franco	-	-	1	-
Alfredo Campos	-	-	-	2
Álvaro Pacheco	2	-	-	-
Amir Lando	-	-	4	1
Antônio Mariz	-	-	1	-
Áureo Mello	-	-	1	-
Beni Veras	-	-	-	1
César Dias	-	-	1	-
Cid Sabóia de Carvalho	-	-	2	1
Dario Pereira	1	-	-	-
Dirceu Carneiro	-	-	-	1
Eduardo Suplicy	-	-	8	-
Élcio Álvares	-	-	2	1
Esperidião Amin	-	2	-	2
Francisco Rollemberg	-	1	1	2
Garibaldi Alves Filho	-	-	-	1
Guilherme Palmeira	-	-	1	-
Hydekél Freitas	2	-	-	-
Iram Saraiva	-	-	-	5
Jarbas Passarinho	-	1	1	1
João Calmon	-	-	1	3
João Rocha	-	-	1	-
Jonas Pinheiro	-	-	-	2
Josaphat Marinho	-	-	1	1
José Fogaça	-	-	1	2
José Richa	-	-	2	-
Júlio Campos	-	-	16	6
Júnia Marise	-	1	-	1
Jutahy Magalhães	-	-	1	1
Líderes	-	-	32	-
Levy Dias	-	1	-	1
Lucídio Portella	-	1	2	10
Magno Bacelar	-	-	-	1
Mansueto De Lavor	-	-	-	3
Márcio Lacerda	-	-	-	3
Marco Maciel	-	1	15	1
Mauro Benevides	-	-	1	-
Moisés Abrão	-	-	1	-
Nabor Júnior	-	-	1	-
Nelson Carneiro	-	-	3	1
Nelson Wedekin	1	-	9	-
Ney Suassuma	2	-	-	-

Senadores	PLS	PR	REQ	PARECERES
Pedro Simon	-	-	3	4
Rachid Saldanha Derzi	-	-	1	4
Ronaldo Aragão	-	-	-	1
Teotônio Vilela Filho	-	-	-	2

2. Pronunciamentos

Senadores	Discursos	Apartes	Discussão	Encaminhamento	P/Ordem	Q/Ordem
Afonso Camargo	1	4	-	2	-	-
Albano Franco	1	1	-	-	-	-
Alfredo Campos	-	1	-	-	-	-
Almir Gabriel	3	4	-	-	-	-
Aluizio Bezerra	1	-	-	-	-	-
Amir Lando	1	1	-	4	2	-
Aureo Mello	4	4	-	1	-	-
Bello Parga	-	3	1	-	-	-
Beni Veras	3	3	-	-	-	-
Carlos Patrocínio	2	3	-	-	-	-
César Dias	2	1	-	1	-	-
Chagas Rodrigues	4	5	-	6	-	-
Cid Sabóia de Carvalho	4	4	3	2	2	-
Dirceu Carneiro	2	-	-	-	-	-
Divaldo Suruagy	-	1	-	-	-	-
Eduardo Suplicy	8	4	1	7	3	-
Élcio Álvares	1	4	1	3	-	-
Epitácio Cafeteira	4	3	3	14	1	1
Esperidião Amin	3	4	1	3	2	-
Eva Blay	1	-	-	-	-	-
Francisco Rollemberg	4	1	-	-	-	-
Garibaldi Alves Filho	1	2	2	3	-	-
Gerson Camata	1	2	1	-	1	-
Guilherme Palmeira	1	-	1	-	-	-
Gilberto Miranda	3	2	-	-	-	-
Henrique Almeida	4	-	-	-	-	-
Humberto Lucena	-	2	-	8	-	-
Hydekel Freitas	1	1	-	-	-	-
Irapuan Costa Júnior	-	1	-	-	-	-
Jarbas Passarinho	3	3	5	9	1	-
João Calmon	1	3	-	1	1	-
João França	3	-	-	2	-	-
Jonas Pinheiro	-	3	-	3	-	-
Josaphat Marinho	1	4	2	4	2	-
José Fogaça	-	-	2	4	-	-
José Paulo Bisol	2	-	2	11	1	1

Senadores	Discursos	Apartes	Discussão	Encaminhamento	P/Ordem	Q/Ordem
José Richa	-	1	1	3	-	-
Júlio Campos	3	2	1	-	2	-
Júnia Marise	1	2	-	-	-	-
Jutahy Magalhães	9	5	4	9	2	-
Lourenberg Nunes Rocha	5	1	-	10	-	-
Lourival Baptista	4	-	-	-	-	-
Luiz Alberto	1	-	-	-	-	-
Magno Bacelar	5	5	3	12	-	-
Mansueto de Lavor	-	-	-	-	1	-
Márcio Lacerda	1	-	-	-	-	-
Marco Maciel	1	3	2	20	1	-
Mário Covas	1	1	-	5	1	-
Mauro Benevides	1	1	1	7	-	-
Meira Filho	-	1	-	-	-	-
Moisés Abrão	-	1	-	-	-	-
Nabor Júnior	2	1	-	-	-	-
Nelson Carneiro	4	1	1	1	1	-
Nelson Wedekin	5	3	2	5	-	-
Ney Maranhão	5	2	-	5	1	-
Ney Suassuma	6	7	1	-	-	-
Odacir Soares	6	1	1	-	2	-
Onofre Quinan	1	-	-	-	-	-
Pedro Simon	1	-	1	1	-	-
Pedro Teixeira	4	1	-	-	-	-
Rachid Saldanha Derzi	1	-	-	-	-	-
Raimundo Lira	-	1	1	-	-	-
Ronaldo Aragão	4	5	1	-	-	-
Ronan Tito	-	-	2	-	1	-
Ruy Bacelar	1	-	-	-	-	-
Teotônio Vilela Filho	1	-	-	-	-	-
Valmir Campelo	8	1	-	-	-	-
Wilson Martins	2	1	-	-	-	-

**COMISSÃO REPRESENTATIVA
DO CONGRESSO NACIONAL**

1h **Comissão Representativa
do Congresso Nacional**

a - Composição

A Comissão Representativa do Congresso Nacional, constituída nos termos do disposto no § 4º do art. 58 da Constituição Federal, com mandato para o período de recesso de 17 de dezembro de 1991 a 16 de fevereiro de 1992, em virtude de eleições procedidas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, foi integrada pelos seguintes Parlamentares:

Senadores

Titulares	Suplentes
Iram Saraiva	Onofre Quinan
Mauro Benevides	Nabor Júnior
Odacir Soares	Dario Pereira
Meira Filho	Henrique Almeida
Fernando Henrique Cardoso	José Richa
Affonso Camargo	Jonas Pinheiro
Rachid Saldanha Derzi	Ney Maranhão

Deputados

Genésio Bernardino	Walter Pereira
Délio Braz	Lázaro Barbosa
Alberto Goldman	Hagaús Araújo
João Fagundes	Sérgio Maya
Ricardo Fiuza	Messias Góes
Humberto Souto	Ney Lopes
Benito Gama	Paes Landim
Freire Júnior	Otto Cunha
Vital do Rego	Paulo Ramos
Clóvis Assis	Luís Girão
Celso Bernardi	Oswaldo Melo
Antônio Faleiros	Vitório Mediolli
Paulo Bernardo	Paulo Paim
Paulo Mandarino	Sérgio Brito
Waldemar Costa Neto	João Teixeira
Gastoni Righi	Cardoso Alves

b - Trabalhos Realizados

A Comissão se instalou, no Plenário do Senado Federal, às 11

horas e 30 minutos do dia 8 de janeiro de 1992, sob a Presidência do Senador Mauro Benevides, Presidente do Senado Federal.

Durante o período de seu mandato, a Comissão realizou sete reuniões, das quais registrou-se os seguintes eventos:

Proposições apresentadas

Requerimentos

Nº	Autor	Assunto	Resultado
1/92-CR	Dep. Valdomiro Lima	Sugere que a Comissão se reúna semanalmente a partir do dia 5 de janeiro. Aprovada a sugestão, o Presidente estabelece, para as reuniões, havendo matéria a ser apreciada, às 14 horas das quartas-feiras.	Aprovado
2/92-CR	Dep. Paulo Bernardo	Solicita ao Tribunal de Contas da União que proceda inspeção nas Contas do Instituto Nacional do Seguro-Social do INSS, a fim de responder aos quesitos que menciona.	Encaminhado à Mesa da Câmara
3/92-CR	Dep. Paulo Paim	Pedido de informações ao Ministro Marcício Marques Moreira, a respeito da base de cálculo do salário mínimo.	Encaminhado à Mesa da Câmara
4/92-CR	Dep. Paulo Paim	Sugere sejam convidados os representantes do Dieese e do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, membros da Comissão Técnica constituída pela Lei nº 8.222, de 1991, para, perante a Comissão Representativa, prestar informações sobre quesito relativo à fixação do valor do salário mínimo.	Aprovado
5/92-CR	Sen. João Calmon	Solicita licença para se afastar dos trabalhos da Casa no período de 12 a 23.1.92, para tratamento de saúde nos Estados Unidos da América.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
6/92-CR	Dep. Paulo Paim	Sugere sejam convidados ex-dirigentes da Fundação Nacional de saúde para, perante a Comissão Representativa, prestarem informações sobre irregularidades administrativas constatadas naquele órgão.	Aprovado
7/92-CR	Sen. Albano Franco	Solicita licença para se afastar dos trabalhos nos dias 16, 17 e 20 de janeiro - quando estará debatendo com empresários e políticos nos Estados de Santa Catarina e Rio de Janeiro sobre a crise na Previdência Social Brasileira.	Aprovado
8/92-CR	Sen. José Sarney	Solicita licença para, a convite do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e BID, participar de reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento para a Amazônia e Caribe, a realizar-se em Nova Iorque.	Aprovado
9/92-CR	Sen. Pedro Simon	Solicita licença para, nos dias 20, 21 e 22 de janeiro, a convite do Ministério da Marinha, se afastar dos Trabalhos da Casa, a fim de conhecer a Estação Antártica "Comandante Ferraz".	Aprovado
10/92-CR	Dep. Celso Bernardi	Solicita licença para se afastar dos trabalhos no período de 3 a 16 de fevereiro, quando estará viajando aos Estados Unidos da América.	Aprovado
11/92-CR	Dep. Antônio Faleiros	Pedido de convocação do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e convite do Presidente CONAGE, para, perante a Comissão Representativa, prestarem informações sobre os quesitos que menciona.	Aprovado

Nº	Autor	Assunto	Resultado
12/92-CR	Sen. Henrique Almeida	Solicita licença para se ausentar dos trabalhos no período de 5 a 14.2.92, para viagem ao exterior.	Aprovado
13/92-CR	Dep. Vital do Rego	Solicita seja procedida pelo Tribunal de Contas da União inspeção nas contas relativas à execução Financeira do Orçamento pelo Tesouro Nacional, a fim de serem esclarecidos os quesitos que menciona.	Aprovado
14/92-CR	Dep. Gastone righi	Pedido de convocação dos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Aeronáutica para prestarem informações a respeito de recentes incidentes na fronteira Brasil-Venezuela.	Aprovado
15/92-CR	Dep. Délio Braz	Sugere sejam convidados para depor perante a Comissão Representativa da Consultora Jurídica e o Secretário de Controle Interno do Ministério da Saúde.	Aprovado
16/92-CR	Dep. Paulo Bernardo	Solicita informações ao Ministro de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento sobre os quesitos que menciona referentes à Embraer.	Aprovado

Projetos de Decreto Legislativo

Nº	Autor	Ementa
1/92-CR	Deputado Genésio Bernardino	Susta o Decreto nº 409, de 30.12.91 que dispõe sobre a discriminação de receitas nas faturas de fornecimento de energia elétrica, e dá outras providências. (Oferecido como conclusão do parecer nº 5/92-CR).

Nº	Autor	Ementa
2/92-CR	Deputado Alberto Goldman e outros	Susta, nos termos que especifica, a execução do Decreto nº 430, de 20.1.92.
3/92/CR	Deputado Miro Teixeira	Susta o Decreto nº 430 do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Obs.: Os projetos de Decreto Legislativo não chegaram a ser votados pela Comissão Representativa do Congresso Nacional e foram encaminhados à Câmara dos Deputados onde terão o seu trâmite seqüenciado.

Projeto de Resolução

Nº	Autor	Ementa
1/92-CN	Alberto Goldman	Susta o Decreto nº 409, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a discriminação de receitas nas faturas de fornecimento de energia elétrica e dá outras providências. (Deu origem ao PDL nº 1/92-CR).

Emendas

- Nº 1 - Lázaro Barbosa - ao PDL nº 1/92-CR.
 Nº 1 - Alberto Goldman - ao PDL nº 3/92-CR.

Pareceres

Foram oferecidos, sobre as proposições, os seguintes pareceres.

Nº	Relator	Proposição	Sentido do Parecer
1/92-CR	Senador Iram Saraiva	Req. nº 2/92-CR	pelo envio à Mesa da Câmara.

Nº	Relator	Proposição	Sentido do Parecer
2/92-CR	Senador Iram Saraiva	Req. nº 3/92-CR	pelo envio à Mesa da Câmara.
3/92-CR	Senador Iram Saraiva	Req. nº 4/92-CR	pelo deferimento
4/92-CR	Senador Iram Saraiva	Req. nº 6/92-CR	pelo deferimento
5/92-CR	Deputado Genésio Bernardino	PR nº 1/92-CN	pela aprovação com substitutivo (preliminar)
6/92-CR	Deputado Benito Gama	FR nº 1/92-CR	pela rejeição (mérito)
7/92-CR	Deputado Lázaro	PDL nº 2/92-CR	pela prejudicialidade
		PDL nº 3/92-CR	pela aprovação

Comparecimento de Autoridades

Perante a Comissão Representativa do Congresso Nacional, em virtude de requerimentos aprovados, compareceram as seguintes autoridades:

Reunião: dia 5 de fevereiro, realizada às 14,30 horas

1º) Ministro Fernando Gonçalves - Representante do TCU.

Sra. Isabel Stéfano - ex-Presidente da Fundação Nacional de Saúde.

Sr. Wenceslau Pereira de Abreu Filho - ex-Procurador-Geral da Fundação Nacional de Saúde.

Dr. Eugênio José de Aragão - Representante do Ministério Público.

Instrumento Convocatório - Requerimento nº 6/92-CR, de autoria do Deputado Paulo Paim.

Objetivo: Esclarecimentos sobre o resultado de inspeção especial procedida pelo Tribunal de Contas da União na Fundação Nacional de Saúde, entidade vinculada ao Ministério da Saúde, envolvendo a ocorrência de irregularidades de natureza administrativa, superfaturamento, favorecimento de empresas, corrupção, advocacia administrativa e outras irregularidades de natureza grave.

Interpelantes: Deputados Antônio Faleiros - José Dirceu - Max Rosenmann - Vital do Rêgo - Paulo Bernardo - Otto Cunha - Joaquim Sucena - Alberto Goldman - Abelardo Lupion - Ézio Ferreira.

Reunião: dia 12 de fevereiro, realizada às 14,30 horas.

Dr. Sérgio Cutolo dos Santos - Representante do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento na Comissão técnica instituída pela Lei nº 8.222, de 5.9.91.

Dr. Sérgio Eduardo de A. Mendonça - Representante do Dieese na Comissão Técnica instituída pela Lei nº 8.222, de 5.9.91.

Instrumento convocatório: Requerimento nº 4/92-CR, de autoria do Deputado Paulo Paim.

Objetivo: Esclarecimentos sobre os critérios e métodos utilizados na aferição de dados que servirão de parâmetros para a fixação do valor do salário mínimo.

Interpelante: Paulo Paim.

Reunião: dia 23 de fevereiro, realizada às 14,30 horas

Ministro de Estado das Relações Exteriores, Dr. Francisco Rezek e Ministro de Estado da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-ar Sócrates da Costa Monteiro.

Instrumento convocatório: Requerimento nº 14/92-CR, de autoria do Deputado Gastoni Righi.

Objetivo: Esclarecimentos sobre os recentes incidentes ocorridos na fronteira Brasil-Venezuela.

Interpelantes: Deputados Gastone Righi e João Fagundes.

Pronunciamentos

	Disc.	Aparte	Pela Ordem
Deputado Abelardo Lupion	-	-	1
Deputado Alberto Goldman	2	-	4
Deputado Antônio Carlos Mendes Thame	1	-	-
Deputado Antônio Faleiros	1	-	5
Senador Cid Sabóia de Carvalho	1	-	-
Deputado Genebaldo Correia	1	-	-
Deputado João Fagundes	1	-	-
Deputado Joaquim Sucena	-	-	1

Deputado José Dirceu	-	-	1
Deputado José Genoíno	1	-	1
Deputado Lázaro Barbosa	1	-	2
Deputado Luís Girão	-	-	1
Senador Marco Maciel	2	-	1
Deputado Max Rosenmann	-	-	1
Deputado Miro Teixeira	-	-	2
Deputado Paes Landim	2	1	-
Deputado Paulo Paim	-	-	1
Deputado Victor Faccioni	2	-	1
Deputado Vital do Rego	1	-	1
Deputado Vivaldo Barbosa	1	-	-

Comunicações de Ausência do País

- Senador Pedro Simon - de 19 a 22.1.92 - para visita à Estação Antártica (Req. nº 9/92-CR).
- Senador Albano Franco - de 28.1 a 16.2.92 - a fim de participar em Davos, Suíça, da Reunião Anual de 1992, do World Economic Forum.

Expedientes Recebidos

- Conselheiro Luiz Eustáquio Toledo - Presidente do Tribunal de Contas de Alagoas - voto de pesar pelo falecimento do Deputado Flávio Marcílio.
- Deputado Roberto Magalhães - Presidente da Comissão Especial - comunicando teor de requerimento aprovado pela Comissão propondo moção de solidariedade ao governo da Venezuela.
- Observação: As atas das reuniões da Comissão Representativa do Congresso Nacional foram publicadas no Diário do Congresso Nacional (sessão conjunta), em suplemento ao nº 3, do dia 20 de fevereiro de 1992.

Comissão Representativa do Congresso Nacional

A Comissão Representativa do Congresso Nacional, constituída, para o período de recesso do mês de julho de 1992, em virtude de disposição constitucional, conforme comunicação da Presidência, na sessão realizada no Senado às 14,30 hora do dia 2 de julho de 1992 ficou assim constituída:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Mauro Benevides Iram Saraiva		Márcio Lacerda Irapuan Costa Júnior
	PFL	
Meira Filho		Carlos Patrocínio
	PSDB	
Mário Covas		Chagas Rodrigues
	PRN	
Áureo Mello		Albano Franco
	PTB	
Jonas Pinheiro		Carlos De'Carli
	PDT	
Maurício Corrêa		Magno Bacelar

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	BLOCO PARLAMENTAR	
Délio Braz Humberto Souto Ézio Ferreira Doelmo Leão		Jorge Cury Ney Lopes Osório Adriano Freire Júnior
	PMDB	
Germano Rigotto João Almeida Lázaro Barbosa		Domingos Juvenil Genebaldo Correia Ubiratan Aguiar

Waldir Pires Sérgio Gaudenzi	PDT	Amaury Müller Vital do Rego
Sigmaringa Seixas	PSDB	Antônio Faleiros
Ibrahim Abi-Ackel	PDS	José Teles
Chico Vigilante	PT	Paulo Bernardo
Nelson Trad	PTB	Roberto Jefferson
João Teixeira	PL	Valdemar Costa
Paulo Mandarinó	PDC	Carlos Albuquerque
Eurides Brito	PTR	Benedito Domingos

 Obs.: Em virtude da convocação extraordinária do Congresso Nacional, para funcionar durante todo o período de recesso - 1º a 31 de julho - a Comissão Representativa não se reuniu.

Comissão Representativa do Congresso Nacional

Para funcionar no período de 16 de dezembro de 1992 a 14 de fevereiro de 1993, foi constituída Comissão Representativa do Congresso Nacional integrada, conforme comunicação da Presidência ao Plenário na sessão ordinária, realizada às 14,30 horas do dia 16 de dezembro, pelos seguintes Parlamentares:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Mauro Benevides Márcio Lacerda		Iram Saraiva Irapuam Costa Júnior
	PFL	
Odacir Soares		Dario Pereira
	PSDB	
Beni Veras		Jutahy Magalhães
	PRN	
Áureo Mello		Ney Maranhão
	PTB	
Vamir Campelo		Afonso Camargo
	PDT	
Magno Bacelar		Pedro Teixeira

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco 1 (PFL/PTB/PRN/PSC)	
Antônio Hollanda Humberto Souto Manoel Castro Nelson Trad Adelmo Leão		Aldir Cabral Antônio Maumoto Délio Braz Freire Júnior Osório Adriano

BLOCO 2
(PTR/PST)

B. Sá

Leopoldo Bessone

PMDB

Derval Paiva
Luiz Carlos Santos
José Thomaz Nonô

Euler Ribeiro
Neuto de Conto
Ubiratan Aguiar

PDS

Aécio Borba
Vasco Furlan

Maria Valadão
Vitória Malta

PSDB

Sigmaringa Seixas

Osmânio Pereira

PT

Maria Laura

Jacques Wagner

PDT

Vital do Rego

Clovis Assis

PDC

Pedro Novais

Sérgio Brito

PL

Waldemar Costa

Diogo Nomura

Tendo em vista as simultâneas convocações extraordinárias do Congresso Nacional, para deliberar sobre inúmeras matérias, a Comissão deixou de ser instalada.

I i - DIVERSOS

a) Questão de Ordem

I - Assunto: possibilidade da ocorrência de engano do Senador ao registrar eletronicamente o seu voto.

Em esclarecimento à questão de ordem argüida pelo Senador Epitácio Cafeteira, o Presidente, Senador Mauro Benevides, esclarece que "enquanto não houver sido procedida a proclamação do resultado da votação a Presidência acolherá a retificação do voto dos Senadores. (DCN II, de 14.1.93, pág. 66).

II - Assunto: destaque para rejeição de parte de projeto de lei complementar. O quorum qualificado incide sobre o requerimento ou sobre a parte do projeto que se pretende rejeitar?

Quando da votação do requerimento nº 868/92, de autoria do Senador Marco Maciel, de destaque para rejeição de parte do Substitutivo apresentado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 1991, que dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União, apurou-se 27 votos "sim" e 20 votos "não".

Na redação do vencido, para o turno suplementar, excluiu-se do texto do substitutivo a parte destacada pelo requerimento, considerando que os votos "não" ao requerimento não alcançaram o "quorum" da maioria absoluta (41 votos) a fim de mantê-la no texto do substitutivo.

As notas taquigráficas que registram o ocorrido na sessão deixam entrever uma certa discrepância quanto ao que foi decidido pelo Plenário e a decisão tomada pelo Presidente.

Para esclarecer o fato Senador Cid Sabóia de Carvalho recorreu da decisão da Presidência para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (DCN II, de 15.1.93, págs. 98 e 99; 242 e 243; 362 e 363).

O parecer da CCJ, nº 12, de 1993, tendo como relator o Senador Josaphat Marinho, manifesta-se por declarar insubsistente a decisão da Mesa, considerando mantidos no Substitutivo as partes destacadas pelo requerimento. (DCN II, de 21.1.93,).

O Parecer aguarda sua inclusão em Ordem do Dia para deliberação do Plenário.

III - Desmembramento de Proposta de Emenda à Constituição de iniciativa do Presidente da República submetida pela Câmara dos Deputados à revisão do Senado.

Questão de Ordem argüida pelo Senador José Paulo Bisol sob a alegação de que uma mesma Proposta não pode conter vários assuntos sem correlação entre si.

A decisão da Presidência foi pelo indeferimento da Questão de Ordem pelas razões aduzidas, dela recorrendo para o Plenário o Senador José Paulo Bisol (DCN II, de 10.2.93, págs. 1150 a 1153).

A decisão da Presidência, pela manutenção do texto integral da Proposta, foi aprovada pelo Plenário pelo voto de 36 Senadores, obtendo apenas 7 votos contrários (DCN II, de 11.2.93, págs. 1236 a 1246).

(*b) Pedido de licença para processar Senador

Ofício nº 92, de 29.1.92 (no SF nº S/2/92), do Presidente do Presidente do Supremo Tribunal Federal solicitando licença prévia para processar o Senador Esperidião Amin - em tramitação.

(*c) Assuntos relacionados ao Mercosul

ci) Composição da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul em 7.12.91 (DCN II, de 19.2.92).

- Presidente: Deputado Nelson Proença
- Vice-Presidente: Senador Odacir Soares
- Secretário-Geral: Senador Dirceu Carneiro
- Adjunto: Deputado Amaury Müller
- Membros:
 - Senadores: Affonso Camargo
Esperidião Amin
José Fogaça
Márcio Lacerda
Nelson Wedekin
Pedro Simon
 - Deputados: Dejandir Dalpasquale
Fetter Júnior
Jorge Uequed
Nelson Morro
Rubens Bueno
Sarney Filho

c2) Senadores Suplentes da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (DCN II, de 12.3.92).

- PMDB - Onofre Quinan, Wilson Martins e Irapuan Costa Júnior
- PFL - Júlio Campos e João Rocha
- PSDB - Fernando Henrique Cardoso
- PTB - Levy Dias
- PDT - Maurício Corrêa

c3) Ofício nº 14, de 26.2.92, do Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, submetendo ao Senado o seu Regulamento Interno (DCN II, de 6.3.92).

- c4) Comunicações, de 12 e 25 de março de 1992, do Senador Dirceu Carneiro, referentes a ausências dos trabalhos da Casa a fim de participar, respectivamente, de reunião a se realizar em Florianópolis no dias 16 e 17 de março e de conferência, a realizar-se em Foz do Iguaçu nos dias 25, 26 e 27 do mesmo mês.
- c5) Promulgada a Resolução nº 2, de 20.8.92 - CN, que dispõe sobre a representação do Congresso Nacional na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (DCN II, de 22.8.92).

Obs.: (*) Matérias que deixaram de constar do relatório da 2ª sessão legislativa ordinária da 49ª Legislatura.